



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**OS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E O CRESCIMENTO
DA RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO
AMAZONAS DURANTE OS ANOS 90.**

Por
Maria Zenilda da Silva Sena

Orientador: Mauro Thury de Vieira Sá

Manaus – AM
Dezembro/ 2007



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**OS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E O CRESCIMENTO
DA RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO
AMAZONAS DURANTE OS ANOS 90.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Regional da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas, elaborada por Maria Zenilda da Silva Sena, sob a orientação do Prof^o. Doutor Mauro Thury de Vieira Sá.

Manaus – AM
Dezembro/2007

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Sena, Maria Zenilda da Silva

S474i Os investimentos em educação e o crescimento da renda média da população do Estado do Amazonas durante os anos 90 / Maria Zenilda da Silva Sena. - Manaus: UFAM, 2007.

80 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) — Universidade Federal do Amazonas, 2007.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Thury de Vieira Sá

1. Educação – Políticas públicas 2. Educação – Aspectos sociais 3. Educação – Amazonas – História I. Sá, Mauro Thury de Vieira (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 37(043.3)

Dedico a Deus por tudo!

Aos meus pais, que foram parte integrante na formação do meu caráter.

Aos meus irmãos e amigos, sem eles não teria realizado este sonho.

Eles mais do que ninguém foram os responsáveis por esta conquista.

AGRADECIMENTO

Agradecimento especial a Deus, pelo dom da vida e pela graça de ter chegado até aqui. Que ele nos ilumine, a fim de que saibamos colocar o conhecimento a serviços dos nossos irmãos.

A todos os meus mestres, meu orientador Mauro Thury de Vieira Sá, especialmente aos professores Rosalvo Machado Bentes, Co-orientador Jorge Gregório da Silva, por transmitirem seus conhecimentos e experiências, auxiliando quando necessários na elucidação de minhas dúvidas. Certamente foram de grande valia as orientações dadas a respeito do tema apresentado e também sobre a elaboração do trabalho.

A minha família, em especial aos meus pais e irmãos pelo apoio e dedicação em todos os momentos.

Aos meus colegas de trabalho e em especial aos amigos Alterglan Silveira e Tiana Palmeira pelo incentivo e colaboração para realização desse trabalho, onde as palavras de ordem foram sempre “companheirismo e amizade”.

“Grandes realizações são possíveis quando se dá importância aos pequenos começos” (Lao Tzu).

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo conhecer a relação entre investimentos em educação e aumento da renda da população e ao mesmo tempo analisar de que maneira esses fatores influenciam o aumento da renda per capita da população de um Estado. O trabalho relata a evolução da educação, num primeiro momento no Brasil de uma maneira geral e num segundo momento no Amazonas que é o nosso foco de pesquisa. O trabalho mostra a evolução da educação desde os tempos dos Jesuítas até a década de 90. Sempre voltada para as elites em detrimento dos mais pobres da região Norte. Analisa em forma de tabelas e gráficos as variáveis de uma má distribuição de renda o que afeta significativamente as populações de baixa renda. Constatou-se através das pesquisas, que o aumento da prole está relacionado com a baixa escolaridade. Percebeu-se durante a elaboração deste, que a evolução da educação se deu em vários momentos, mas em todos eles, caminhou a passos lentos. Pudemos perceber que, a teoria do capital humano é fator preponderante nas empresas. A análise mostra ao final, que o indivíduo que tem mais conhecimento tem maiores possibilidades de ganhos superiores que o indivíduo que não tem. Conseqüentemente, o Estado também ganha com esse aumento da renda per capita através da produção e concentração de riquezas (Produto Interno Bruto). O trabalho teve o objetivo de desvelar e compreender como os investimentos em educação podem influenciar a vida do cidadão.

Palavras-chave:

Educação – investimento - renda per capita – população do Amazonas.

ABSTRACT

This work has for objective to understand as the relationship between investments in education influence the increase of the per capita income of the population of a State. The work tells the evolution of the education, at a first moment in Brazil in a general way and at a second moment in Amazon that is our focus of research. The work shows the evolution of the education since the times of the Jesuits until the decade of 90. Always come back toward the elites in detriment of the poor of the region North. It analyzes in table form the variables of an bad distribution of income what it affects the low income populations significantly. It was evidenced through the research, that the increase of the offspring is related with low the education. During the elaboration of this, it perceived that the evolution of the education if gave at some moments, but in all they, walked the slow steps. We could perceive that, the theory of the human capital is preponderant factor in the companies. The analysis shows to the end, that a studied individual has greater possibilities of superior profits that the individual that does no have. As consequence, the State also gains with this increase of the per capita income through the production and concentration of wealth (PIB). The work had the objective to disclose and understanding as the investments in education can influence the life of the citizen.

Key Words:

Education - investment - per capita income - population of Amazon

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
JUSTIFICATIVA	13
OBJETIVOS	15
Objetivo Geral	15
Objetivos Específicos	15
DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	15
QUESTÕES NORTEADORAS	15
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
CAPÍTULO I	17
1 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS	17
1.1 História da Educação	17
1.2 A Educação no Período Colonial	18
1.3 A Educação no Período Imperial	20
1.4 A Educação no Período Republicano.....	23
1.5 A Educação na década de 30	24
1.6 A Educação nos anos 60, 70 e 80	27
CAPÍTULO II	33
2 A RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E O CRESCIMENTO DA RENDÁ MÉDIA DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS DURANTE OS ANOS 90	33
2.1 O retorno dos investimentos em Educação.....	37
2.2 A relação entre a extensão da prole e a renda média da população estudada.....	40
2.3 A influência da Educação na renda da população	42
CAPÍTULO III	52
ANÁLISE DOS RESULTADOS	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Despesas por Função (Educação) / por Período – Amazonas (em R\$ Mil.)	36
TABELA 2 - População de 15 ou mais anos sem instrução ou com menos de um ano de estudo por nível de renda	41
TABELA 3 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH Região Norte	43
TABELA 4 - População de 15 ou mais anos por nível de instrução - 2000	45
TABELA 5 - População de 15 ou mais anos por nível de renda - 2000.....	48
TABELA 6 - População de 15 ou mais anos sem instrução ou com menos de um ano de estudo por nível de renda	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Despesas por Função (Educação) na esfera Estadual e Municipal.....	37
Gráfico 2 - População de 15 ou mais anos sem instrução ou com menos de um ano de estudo por nível de renda.....	42
Gráfico 3 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – Região Norte	43
Gráfico 4 - População de 15 ou mais anos por nível de instrução – 2000	46
Gráfico 5 – População de 15 ou mais anos por nível de renda - 2000.....	48
Gráfico 6 – População de 15 ou mais anos sem instrução ou com menos de um ano de estudo por nível de renda.....	50
Gráfico 7 – Taxas de Rendimento Aprovação– Série - Fundamental	54
Gráfico 8 – Taxas de Rendimento Reprovação-Série - Fundamental.....	55
Gráfico 9 – Taxas de Rendimento Abandono–Série -Fundamental	56
Gráfico 10 – Taxas de Rendimento Aprovação-Série-Médio	56
Gráfico 11 – Taxas de Rendimento Reprovação-Série-Médio	57
Gráfico 12 – Taxas de Rendimento Abandono-Série-Médio	58
Gráfico 13 – Produtividade Fluxo Escolar Tempo Médio de permanência – Educação Básica.....	59
Gráfico 14 - Produtividade Fluxo Escolar Tempo Médio de conclusão – Educação Básica.....	60
Gráfico 15 - Produtividade Fluxo Escolar Tempo Médio de conclusão de séries– Educação Básica	61
Gráfico 16 - Produtividade Fluxo Escolar Taxa Média de conclusão – Educação Básica.....	62
Gráfico 17 - Produtividade Fluxo Escolar Tempo Médio de permanência – Ensino Fundamental	63
Gráfico 18 - Produtividade Fluxo Escolar Taxa Média de conclusão – Ensino Fundamental	64
Gráfico 19 - Produtividade Fluxo Escolar Tempo Médio de conclusão – Ensino Fundamental	65
Gráfico 20 - Produtividade Fluxo Escolar Tempo de permanência conclusão	

– Ensino Médio.....	66
Gráfico 21 - Produtividade Fluxo Escolar Tempo Médio para conclusão – Ensino Médio.....	67
Gráfico 22 - Produtividade Fluxo Escolar Número Médio de conclusão de Série – Ensino Médio	68

OS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E O CRESCIMENTO DA RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS DURANTE OS ANOS 90.

INTRODUÇÃO

O aspecto de investimento da educação pode ser identificado na observação de que pessoas altamente treinadas e educadas ganham mais (ou, pelo menos, deveriam ganhar mais) do que as pessoas não-educadas e não-qualificadas (SHEEHAN, 1975).

O sucesso econômico do Japão durante o período Meiji deve-se, em grande parte à Educação quando foi introduzido o sistema universal e compulsório de ensino elementar que elevou a frequência nas escolas primárias de 30%, em 1873, para mais de 90%, em 1907, estimulando o surgimento das bases do ensino secundário e superior. Da mesma maneira, a forte base educacional pôde acelerar a industrialização da República da Coreia a partir do começo dos anos sessenta.

A Educação é um fator essencial para o desenvolvimento por aumentar a capacidade do homem de adquirir e utilizar informações, aprofundar o conhecimento, revitalizar a mente com novas experiências, desenvolver a capacidade de fazer novas opções como consumidores ou produtores, revigorar a capacidade de satisfazer suas necessidades pessoais e familiares, aumentar a produtividade e elevar o padrão de vida do homem, multiplicando as chances de realização pessoal e social, à medida que aumenta a confiança e capacidade de criar e inovar.

O paradigma neoliberal, - cujo o Estado transfere algumas responsabilidades para as empresas privadas - defende que os custos da educação atualmente são muito altos se considerarmos que no Brasil, cuida-se primeiro da quantidade e por último a qualidade, ou seja, expande-se a oferta de matrícula e qualifica a escola depois. Por esse motivo, oferecer educação pública e universal é uma tarefa difícil e ao mesmo tempo paradoxal, haja vista que a educação não é cara quando gera resultados satisfatórios para a população e conseqüentemente para o país.

Além disso, focalizar a questão do financiamento da educação discutindo o aspecto do valor da educação, as responsabilidades pelo seu financiamento e as possibilidades das parceiras, na busca de tornar a Educação cada vez mais um instrumento eficaz e conseqüente para mudanças desejadas.

O Estado do Amazonas, apesar de poder investir sistematicamente, em educação, não consegue alcançar seus objetivos devido ao crescimento populacional acelerado decorrente, em parte, do grande poder de atração que o Estado, e notadamente Manaus, exerce sobre a população dos demais estados da Amazônia e do Nordeste, sobretudo em função do Polo Industrial de Manaus (PIM) criado no final da década de 60.

Por esta razão, os anos que se seguiram, compreendidos entre 1970 até 1990, Manaus apresentou um crescimento populacional de mais de 400 mil habitantes e ocupou o terceiro lugar entre as capitais brasileiras que mais cresceram. A população rural voltou a crescer no Estado acima de 2% ao ano, depois de mais de trinta anos quase estagnada.

Este crescimento requer elevados investimentos em educação para que o Estado possa atender o crescimento da demanda e ao mesmo tempo melhorar a qualidade do ensino, com o objetivo de elevar o nível de renda médio da população. Por considerar que embora os investimentos em Educação só produzam retornos em longo prazo, nenhuma decisão política deve sacrificar esse objetivo, por outras metas de curto prazo.

Este estudo está organizado em três partes. A primeira parte trata a educação no Brasil trazida pelos Jesuítas. Educação esta, que iniciou ainda no período Colonial, teve dificuldades no período Imperial e que perdurou até o período republicano, onde procuramos relatar o caráter dominante dessa educação, ou seja, uma educação voltada exclusivamente para as classes burguesas da época, onde educar para domesticar e dominar era a constante e o objetivo a ser alcançado.

Evidencia-se que essa educação voltada para as elites, muito contribuiu para que a mesma não evoluísse de maneira democrática, excluindo os mais pobres das salas de aula fazendo com que índios, mestiços e também as mulheres da época fossem marginalizados.

Em suma, o estudo mostra uma educação desorganizada e carente de profissionais bem como as dificuldades enfrentadas pelos padres na região Amazônica.

O período republicano dos anos 30 aos anos 60, 70, e 80 reflete sobre as mudanças ocorridas na educação e mostra um crescimento significativo da mesma. Destaca-se a criação do Ensino Secundário e o Ensino Superior e o aumento da

demanda por cursos profissionalizantes além de esforços para organizar a Educação no País com a criação de Leis.

Preocupa-se também em mostrar, que foi durante o regime militar que, as universidades no país tiveram grande expansão. No entanto, relata que não era tão fácil ingressar nas mesmas.

Assim como foi relatado, apesar de vir em uma crescente evolução, a educação ainda não estava democratizada.

A segunda parte analisa como os investimentos na educação influenciaram o salário do trabalhador durante os anos 90. Defende-se que só através dos investimentos na educação poderemos ter mais qualidade no ensino e uma qualidade de vida melhor. Veremos que os custos com a educação aumentam na medida de sua população e o retorno desses investimentos é evidenciado pelo aumento do salário do trabalhador escolarizado.

Pretende-se demonstrar que o crescimento populacional do Estado do Amazonas e o aumento da renda per capita dos trabalhadores, está intimamente ligado à inexistência ou existência de uma educação formal.

É dado ênfase ainda, a questão da teoria do capital humano e como ela afeta diretamente o setor industrial do Amazonas e ainda com base nos Censos Demográficos desvela-se como a educação influencia na renda da população do Estado do Amazonas.

O terceiro e último capítulo analisa como o crescimento econômico está intimamente ligado à questão da educação e conclui que os investimentos em educação aumentam a renda per capita dos cidadãos e conseqüentemente melhoram sobremaneira a vida de suas famílias.

JUSTIFICATIVA

Os custos sociais da educação, do mesmo modo que os custos privados dividem-se em custos financeiros diretos, decorrentes das despesas públicas com a manutenção do sistema educacional (construção e manutenção de escolas, pagamento de salários de professores, compra de material didático etc.) e custos indiretos ou de oportunidades decorrentes do uso do tempo que poderia ser usado para outras atividades como o trabalho e que traria benefícios diretos na forma de bens e serviços oferecidos à sociedade e impostos pagos ao governo, quando o

aluno já tivesse atingido a idade de trabalhar, ou seja, são custos que poderiam gerar receitas para o governo se o indivíduo estivesse trabalhando e não geram em função do indivíduo estar em sala de aula.

Os benefícios sociais podem ser diretos, na forma do aumento da produtividade do trabalho, da produção de bens e serviços, das rendas e dos impostos pagos ao governo, e indiretos: na forma das externalidades como: o aumento da produtividade e da renda dos trabalhadores que não tiveram educação, através da difusão das qualificações técnicas e da reorganização dos processos de trabalho; a promoção das mudanças tecnológicas, desde a pesquisa e desenvolvimento até a disseminação do conhecimento através da capacidade de ler e escrever; a eficiência alocativa, aumentando a flexibilidade e a mobilidade da força de trabalho, em resposta à demanda de mão-de-obra e outros benefícios de caráter tanto social como econômico, como maior coesão social, estabilidade e valores democráticos.

Países que conseguiram diminuir suas taxas de fecundidade diminuiram algum tempo depois o peso de sua população escolar, e como conseqüência, a demanda por educação e, com isso, os recursos que seriam aplicados na ampliação da cobertura pelo sistema puderam ser alocados na melhoria da qualidade do ensino. Entretanto, nos países que mantiveram altas taxas de fecundidade, estão enfrentando sérios problemas para atender os gastos com educação, mesmo que para manter as mesmas taxas de matrícula e padrões de ensino.

Nessas condições, aos países com grande crescimento populacional restam três alternativas na questão educacional: desviar recursos de outros setores para a educação, o que se considera uma alternativa inviável, por ter que sacrificar investimentos produtivos ou gastos em outros setores cruciais como a saúde e a habitação; atender parcialmente a demanda, o que condenará parte da população ao analfabetismo, e servirá para aprofundar as desigualdades sociais, pois são as famílias carentes as maiores usuárias do ensino público ou; diminuir a qualidade do ensino e rebaixar o número de anos de estudos, que terá conseqüências negativas, no médio e no longo prazo, na produtividade da força de trabalho e no nível de renda da população.

O estudo justifica-se pela necessidade de se conhecer a relação entre os investimentos em educação e o desenvolvimento do Estado, saber qual o retorno

dos investimentos em educação e os resultados obtidos durante a década de noventa, para poder se definir quais os níveis educacionais devem ser prioritários.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Inter-relacionar investimentos em educação e seu processo de descentralização na federação e indicadores de renda e de desempenho escolar no período de 1991 a 2000 no Estado do Amazonas.

Objetivos Específicos

Identificar a evolução dos gastos em educação em nível estadual e municipal no período de 1991 a 2000 por conta da descentralização da educação no âmbito federativo;

Comparar os anos de 1991 e 2000 no tocante ao índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M), seus sub-índices de educação e de renda, além de dados de rendimento;

Analisar a evolução dos gastos das esferas estadual e municipal e como evoluíram indicadores de educação selecionados no período de 1995 a 2000.

DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

O estudo terá como delimitação espacial o Estado do Amazonas, com foco maior em Manaus e, como abrangência temporal o período 1991-2000. Pretende-se refletir sobre a relação entre os investimentos em educação e a renda média da população, bem como do desempenho medido a partir de indicadores de educação.

Questões Norteadoras

- Qual a relação entre investimentos em educação das esferas estadual e municipal e o crescimento da renda média da população do Estado do Amazonas?

- Qual a relação entre os anos de estudo, a renda média da população e o crescimento populacional entre 1991 e 2000?
- Quais as características dos indicadores de educação em face de como evoluíram os gastos estadual e municipal em educação no Estado do Amazonas na década de 90?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo realizado seguiu métodos de pesquisa científicos em que a coleta de dados foi feita por meios de dados censitários demográficos analisados do ano de 1991 à 2000, os censos educacionais. Além disso, dados documentais permitiram fazer o levantamento do rendimento de diversas categorias da população.

Num primeiro momento, procurou-se através de pesquisa bibliográfica fazer um relato não exaustivo sobre a educação no Brasil com ênfase no seu processo histórico bem como o estudo da relação entre renda per capita e educação.

Após esta fase da pesquisa foi feito o estabelecimento das categorias a serem estudadas. Nesse momento procurou-se relacionar anos de estudo com a renda per capita e sua influência na vida do cidadão.

Em seguida, o desafio foi codificar e tabular os dados e transformar as informações na forma de texto. As informações coletadas foram analisadas de forma quantitativa e descritas em percentuais estatísticos representados através de tabelas e gráficos por meio da análise das categorias.

Após estes procedimentos foi feita a análise estatística de todas as categorias finalizando o trabalho com a interpretação dos dados e a redação final.

A relevância desse estudo se faz necessária para que se possa dimensionar até que ponto os investimentos em educação estão contribuindo para o aumento dos anos de estudo da população do Estado do Amazonas, e, conseqüentemente, da renda per capita da mesma.

Dessa maneira, espera-se contribuir de modo significativo no desvelamento de questões relativas aos investimentos na educação oferecendo idéias e propondo discussões sobre o assunto em questão.

CAPÍTULO I

1 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS

O Ambiente educacional brasileiro, em particular, o da região Amazônica tem sido marcado por grandes contradições, questões sociais, ambientais, políticas, econômicas e culturais inclusive com a chegada dos portugueses que aqui aportaram com intuito de catequizar e educar os índios e não índios de acordo com os moldes e padrões europeus.

Analisar o sistema atual, portanto, exige inicialmente a tarefa de recuperação de aspectos de nossa história que consideramos importantes para compreender o atual quadro da educação.

1.1 História da educação

Com a chegada dos jesuítas, em 1549, juntamente com o primeiro governador geral, Tomé de Souza, passou-se a estudar a melhor maneira de realizar a tarefa missionária, desenvolver a política, economia, cultura e criando assim uma formação social na região amazônica.

O processo educacional iniciado pelos Jesuítas, que durou mais de duzentos anos, foi marcado por interesses de exploração e enriquecimento de uma minoria, haja vista que a educação era voltada somente para as elites, em detrimento da maioria da população. Convém lembrar, que fomos uma colônia de exploração que servia como produtora de mão-de-obra barata para o clero e senhores de engenho da época, pois já consta desse período a divisão da sociedade em classes dominantes e dominadas,

Afinal, ao branco colonizador, além de tudo, se impunha distinguir-se, por sua origem européia, da população nativa, negra e mestiça, então existente. A classe dominante, detentora do poder político e econômico tinha de ser também detentora dos bens culturais importados (ROMANELLI, 1978, p. 33).

Nesse contexto, a Educação imposta pelos Jesuítas para com a população indígena e não indígena não era somente a religiosidade europeia, moral e os

costumes, mas também a concepção de métodos pedagógicos voltados para a dominação.

1.2 A Educação no Período Colonial

A Corte Portuguesa exigia que o Governador que na época era Mendonça Furtado, visitasse as aldeias estabelecendo a criação de escolas para que os índios pudessem aprender. O currículo da época estava organizado em torno do ler, escrever e contar, além da doutrina religiosa católica. As normas que conduziam a ação pedagógica jesuítica eram padronizadas através da *Ratio Studiorum*.

O método de ensino intitulado *Ratio Studiorum*, elaborado pelos jesuítas no final do século XVI e publicado oficialmente em 1599, expandiu-se rapidamente por toda a Europa e regiões do Novo Mundo em fase de ocupação. Tendo como principal objetivo levar a fé católica aos povos que habitavam nestes territórios, os jesuítas utilizaram-se deste método para catequizar, servindo duplamente aos interesses do colonizador e da Igreja contra reformista.

O Brasil enquadrava-se neste contexto, sendo terreno fértil para a implantação deste projeto educativo.

Trata-se de um método pedagógico dos Jesuítas ou da organização e plano de estudos da Companhia de Jesus, iniciado em 1552, quando Inácio de Loiola enviou Jerônimo Nadal aos vários países da Europa que tinham colégios e universidades para apresentar a primeira versão da *Ratio Instituti Studiorum Societatis Lesu* (Ordem e Maneira dos Estudos da Companhia de Jesus) chamada abreviadamente de *Ratio Studiorum*:

A *Ratio Studiorum* fora pensada para ordenar as instituições de ensino de uma única maneira, com vistas a permitir uma formação uniforme a todos que freqüentassem os colégios da Ordem Jesuítica em qualquer lugar do mundo. Exceções foram necessárias para que as diversidades mais “berrantes” de algumas localidades fossem minimamente respeitadas.

Assim, a *Ratio Studiorum* seria a base comum que serviria de suporte do trabalho dos jesuítas. Em todos os lugares essas normas deveriam ser seguidas da maneira como estavam prescritas no documento, em coerência com os preceitos e os interesses da Igreja Católica.

Para as escolas havia o regulamento da catequese e civilização dos índios trazidos pelos jesuítas, onde propunha às assembleias das províncias a criação e manutenção das escolas para os índios. Para tanto, foi implantada a lei de criação de cursos de primeiras letras onde além do missionário ensinar teria que especificar a educação formal que era uma das muitas atribuições dos missionários. Portanto,

Os índios que não aceitassem os estudos das letras deveriam ser encaminhados ao trabalho da cultura da terra, dando-lhes orientação adequada sobre o tipo de plantação a realizar, afim de que com o seu trabalho pudessem garantir o próprio sustento e auxiliar os necessitados (SILVA, 1982, p.75).

Observa-se que desde o período colonial já havia um grande descaso com o compromisso educacional, onde a exploração do trabalho indígena aplicada pelos missionários era considerada mais importante que garantir uma escolarização, o que poderia acarretar problemas futuros para a corte, já que o principal objetivo era realmente domesticar os índios para servir de mão-de-obra escrava.

Para Paiva (1989) a imposição da Cultura Portuguesa aos naturais da terra e aos negros escravos, representava uma experiência singular para os portugueses de preservar a sua própria cultura.

Contudo, os Jesuítas enfrentaram problemas na implantação da Língua Portuguesa para com a população do Amazonas da época. No início houve uma grande rejeição na aceitação da cultura e costumes.

No Amazonas, percebeu-se uma preocupação constante da soberania administrativa e política da região, com o contingente de indígenas necessitados, pois, para os Jesuítas, havia uma necessidade de alfabetizá-los, dar-lhes formação para o trabalho já que não era possível convertê-los à fé católica (entenda-se domesticá-los) sem que soubessem ler e escrever.

Devido à grande e rica sociodiversidade na região Amazônica, os jesuítas passaram a desenvolver atividades como: priorizar a doutrina; exploração ribeirinha; tentativas de pacificação dos índios; resgate e descimentos pacíficos para as aldeias na catequese. O acesso à Educação ainda era um problema para muitas famílias indígenas, já que a maior parte das comunidades tinha apenas o curso primeiras letras.

É importante ressaltar que, os Jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras, mas também o curso elementar que era composto pelo curso de

Letras e Filosofia e o curso secundário e ainda os cursos de Teologia e Ciências Sagrada de nível Superior com formação exclusiva para sacerdotes.

Contudo, pode-se afirmar que durante todo o período colonial houve poucos e localizados avanços educacionais, com a criação de algumas salas e graus de ensino. Por outro lado, começa-se a ter uma preocupação com o ensino básico, no entanto, o ensino superior ainda era responsabilidade do poder central.

1.3 A Educação no Período Imperial

Devido à transição do período colonial para o período Imperial ou monárquico e com a expulsão dos Jesuítas ocorrida em 1759, inúmeras transformações importantes aconteceram principalmente no âmbito capitalista. Essas transformações ocorreram a partir do ano de 1.822 quando da proclamação da independência.

Todavia, no âmbito da educação, a independência não trouxe grandes benefícios com relação à tão sonhada educação popular. Aliás, já consta desta época as ideias, projetos e programas idealizados por políticos a fim de solucionar os problemas da educação, no entanto, não foram resolvidos ou concretizados até hoje.

Assim, após a saída do clero das funções da educação, desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para o outro, a graduação, foram substituídas pela diversificação das disciplinas isoladas. Leigos começaram a ser introduzidos no ensino e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação (ROMANELLI, 2005, p.36).

Desta maneira, o sistema educacional não apresentou resultado satisfatório, pois o ensino era deficiente e bastante fragmentado, as escolas eram escassas, mal estruturadas, mal dirigidas e os professores eram improvisados e mal remunerados, quadro que perdura até os dias de hoje, salvo raras exceções.

O que se viu foi um sistema educacional instável sem total estrutura e qualificação o que levou a fechar algumas escolas da época, além, ainda, do afastamento de professores com ideias positivistas (o que nos faz voltar ao passado é que fatos como estes ainda hoje acontecem).

Apesar da legislação da época prever escolas para meninas, a população feminina era marginalizada, relegada a segundo plano do precário sistema escolar do império, o que já vinha se arrastando desde o período colonial, somente nas famílias mais ricas as mulheres recebiam instrução limitada à alfabetização e ao cultivo de certas “prendas domésticas” permanecendo a maior parte da população feminina analfabeta. Os escravos, obviamente, não tinham acesso à educação ou instrução.

Quanto ao índio, seu acesso à instrução trouxe consigo a problemática da inserção na sociedade dos brancos, sendo considerado muitas vezes selvagem e incapaz de adquirir grau de cultura e civilidade em relação ao branco. Assim, sua catequização e, por conseguinte instrução tornou-se involuntariamente para a dominação e mão-de-obra escrava.

A conquista da independência e o surgimento de uma nação impunham exigências à organização educacional que o Brasil não estava preparado para efetivar, seja por questões políticas, seja por falta de condições financeiras. Era necessário, portanto, um planejamento que reorganizasse os objetivos, os métodos e os conteúdos, a fim de que pudessem atender a demanda dos futuros cidadãos da agora, nação bem como receber a população em idade escolar distribuídas nos seus diferentes graus de ensino, ou seja, primário, secundário e superior atualmente denominados: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.

O “Ato adicional de 1834, de Diogo de Feijó, instrumento legal e importante para a Educação popular no Brasil, com consequências que podem ser observadas até hoje no País” (PAIVA, 1973, p.63). Através deste ato, a administração pública foi descentralizada e no campo da educação, garantiu a instrução primária gratuita, em outros termos, acabou por transferir a competência do Estado, no que se refere à educação, para os governos provinciais.

O Ensino deste período era composto de ensino primário e secundário, sobretudo, bastante delimitado e rígido conforme os graus de ensino, pois somente eram aptas a cursarem as escolas primárias crianças entre 05 a 14 anos e no ensino secundário candidatos entre as faixas etárias de 14 a 21 anos de idade. Cidadãos acima dessa faixa etária não tinham acesso às escolas públicas, com exceção de uma pequena parcela da população livre.

Contudo, não é difícil entender que, levando-se em conta a situação socioeconômica das províncias, com a descentralização, ficou ainda mais

evidenciado o caráter crônico da precariedade da educação. Essa descentralização, antes vista como benéfica, ia de encontro às políticas e tendências européias que a viam como promissora se fosse adequada à realidade local (o que não aconteceu). O Brasil, mais uma vez buscou um modelo estrangeiro que não se adequava às características da época.

Este é um problema bem mais amplo, de caráter nacional, que não comporta senão solução também nacional (BITTENCOURT, 2001, p.71).

Na região amazônica, o sistema educacional da época, particularmente no Amazonas, ocorreu evolução não somente no ensino, mas também favoreceu o desenvolvimento da região, mas, ainda faltava para a população oportunidades locais de aprendizagem formal, o que aconteceu em longo prazo.

Com a instalação da recém-criada Província do Amazonas, a cidade da Barra, depois Manaus, passou a sediar o futuro governo. Em termos educacionais, a aquisição da autonomia administrativa foi positiva para o Amazonas. Viu-se, gradativamente, um crescente número de escolas de instrução primária e fundações de instituições voltadas para o ensino profissional, secundário e normal.

A educação dos meninos índios, também, era um anseio do governo da época. No início da década de 1860, as escolas dos pequenos povoados do Amazonas começaram a atender as crianças indígenas. Mais tarde, com o aumento da população, decorrente da migração de trabalhadores cearenses e de outras províncias nordestinas o índio vai “sumindo” dos relatórios escolares.

Catequizar índios e seus filhos, então, se tornou objetivos menos importantes do que promover a colonização da Província o que levou o Amazonas a incluir esses novos habitantes nos projetos educacionais. Portanto, vale ressaltar que, com a educação aplicada pelos Jesuítas e aos poucos transformada em educação de classe, atravessou todo o período colonial e atingiu o período republicano, é o que será explanado a seguir.

Após a discussão da história da educação, em geral, da educação brasileira nos períodos colonial e imperial, discute-se a educação brasileira nos períodos republicano, na década de 30 e nos anos 60, 70 e 80 com o objetivo de fazer uma conexão acadêmica, ou seja, uma reflexão processual, das dificuldades e problemas educacionais existentes nos dois blocos de períodos históricos estudados que guardam apenas uma divisão didática, ou seja, de explicação, uma vez que existe uma relação intrínseca entre eles.

1.4 A Educação no Período Republicano

No Período Republicano, esboça-se um novo perfil educacional, através de leis, decretos e atos institucionais que estabelecem critérios e diretrizes para o ensino primário, secundário e universitário. Observou-se uma evolução na Educação que beneficiou as camadas mais carentes da população, foram ampliadas as oportunidades ao acesso a escola – ainda que insuficiente.

O destaque foi, principalmente, o ensino secundário e o ensino superior (elite). O ensino desse período, também, estava organizado em escola primária, que era dividida em duas etapas, ou seja, de 1º grau, que atendia crianças de 07 a 13 anos de idade e de 2º grau, para crianças de 13 a 15 anos de idade. Nas escolas secundárias o curso tinha uma duração de 07 anos, posteriormente o ensino superior acabou afetando o ensino politécnico, o de direito, de medicina e militar.

Verifica-se que nessa época, Manaus quase triplicou o número de escolas. A capital conheceu o maior crescimento da instrução primária, presente em nove bairros ao final do Império. Observou-se ainda, pelos recenseamentos de 1872 e 1890 que Manaus vivenciou um crescimento demográfico alto quando a população praticamente duplicou.

Ainda em 1880, com a comercialização da riqueza gerada em função da borracha, acarretou nova demanda de serviços públicos e privados, entre eles, os educacionais. Cabe ressaltar que houve um crescimento da classe média e a participação na vida política, como também nas atividades intelectuais, inclusive militares que contribuíram para organização do Estado.

Quanto à organização escolar, difundiram ideias através da Educação escolarizada, já que politicamente, tal corrente de pensamento sofre um declínio de influência em 1890 (RIBEIRO, 1990, p.73).

Em 1890 foi decretada a Reforma Benjamim Constant, que tinha como objetivo a liberdade e laicidade do ensino, a gratuidade da escola primária de acordo com a constituição e ainda tentou substituir o currículo por um currículo enciclopédico que incluíam disciplinas científicas.

Organizaram o ensino secundário, primário, normal e ainda o pedagógico (centro de aperfeiçoamento ao magistério). Vale ressaltar que o ensino religioso sofre seu primeiro golpe, sendo substituído pela instrução moral e cívica, tendo como objetivo a elevação do caráter, mas numa lógica de conformar o povo frente a

ordem social burguesa e a construção do Estado Nacional, não era um curso distinto, mas tinha a tarefa de elevar o grau e a atenção de todos os professores.

Ainda neste, observa-se uma crise na Educação elitista que afetou outros setores políticos, econômico, cultural e social provocando inúmeras discussões que mais tarde causaram a Revolução de 1930. Durante esse período, se fez necessária uma série de reformas para organizar o ensino através de influência humanista clássica e a realista ou científica.

Pode-se citar como exemplos a reforma do ensino através da Lei Epiácio Pessoa (1901); a Reforma Rivadavia Correia (1911) que defendia a total liberdade aos estabelecimentos escolares, com a presença facultativa e a desoficialização do ensino. As reformas referidas não obtiveram o sucesso esperado.

Em 1915, foi criada a reforma (Carlos Maximiliano) que reoficializou o ensino e ainda reformou o Colégio Pedro II e regulamentou o acesso às escolas superiores. A Reforma de Luis Alves/Rocha Vaz, de 1925, estabeleceu uma legislação que autorizava o Governo Federal a uma ação conjunta com os Estados da Federação, no sentido do atendimento ao Ensino Primário. Porém, essas reformas não obtiveram resultado satisfatório, pois o elevado número de analfabetos e as verbas insuficientes para combater o problema causavam um precário atendimento escolar à população brasileira.

A chamada escola primária, que já foi denominada elementar ou de primeiras letras é, neste tempo histórico, considerada a base sobre a qual se erguem os demais graus de ensino que constituem a estrutura da educação escolarizada.

A expansão desta modalidade de ensino começou com o processo de urbanização e industrialização que se acelerou no Brasil após o golpe de outubro de 1930, o qual leva Getúlio Vargas, pela primeira vez, à presidência do país. Até então, mesmo com a falta de estrutura de ensino no país, organizada num sistema nacional, já existia o curso técnico comercial com duração de um a três anos que junto com o curso preparatório de três anos de duração, que o antecedia equivalia ao curso secundário (ginasial) com duração de cinco anos e era uma opção para os alunos que concluíam o antigo curso primário.

1.5 A Educação na década de 30

Após a reforma Francisco Campos ocorrida em 1931/32 e também a criação do curso superior de administração e finanças, o curso técnico comercial perde seu

caráter de terminalidade, o acesso de seus concluintes foi permitido somente a este curso de ensino superior.

A partir de 1931, mais reformas aconteceram como: a Reforma de Francisco Campos (Decreto - 19.852) que cria o Estatuto das Universidades Brasileiras, organizando o ensino superior no Brasil e adotando como regime de organização a universidade, que se diferencia dos Institutos Isolados e Faculdades. Na década de 1930 o Brasil já começava a investir no mercado interno e na produção industrial o que exigia mão de obra especializada e, por conseguinte investimentos na educação.

Com exigência de mão de obra especializada houve necessidade de difundir a escola primária organizada por políticos. Neste contexto surge o possível resumo do Ensino no Brasil. Podemos ainda destacar que houve ampliação significativa do Ensino particular e das reformas.

As Reformas efetivadas por Francisco Campos tinham como metas estudar a estrutura e os conteúdos do ensino concedido ao curso secundário. Duas reformas aconteceram durante sua implantação, a de Francisco Campos (1931) - que em seu (decreto nº. 19890/31) tinha como finalidade exclusiva não a matrícula nos cursos superiores e sim a formação do homem para todos os grandes setores da atividade profissional.

As chamadas Leis Orgânicas viabilizaram, também, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1931) que sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Foi criado ainda, o Ministério da educação, cujo primeiro ocupante do cargo de Ministro foi Francisco Campos.

Com a reforma Capanema (1942-1946), e consequente decretação das “Leis Orgânicas do Ensino”, a criação das escolas técnicas para a oferta de cursos técnicos e a divisão do nível secundário de ensino em dois ciclos, este ramo da educação é deslocado para o 2º ciclo do nível secundário e se constitui como parte de uma política nacional de educação.

No entanto, o acesso ao ensino superior, para os concluintes dos cursos técnicos somente será regulamentado pela Lei nº. 1.821, de 12 de março de 1953 (“Lei de Equivalência”), regulamentada, por sua vez, pelo Decreto nº. 34.330, de 21 de outubro de 1953.

Estas normas jurídicas – que foram uma resposta política (populista) às pressões das camadas populares e médias urbanas no sentido de que lhes fossem oferecidas maiores condições de mobilidade social – estabeleceram, por conseguinte, a articulação do Sistema Federal de Ensino Técnico e do “sistema privado de formação profissional para a indústria e para o comércio” sendo criados o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e Serviço Nacional do Comércio (SENAC).

Nesta perspectiva o sistema regular de ensino passa a permitir, assim, que os concluintes dos cursos técnicos matriculem-se em cursos do Ensino Superior, desde que relacionados com a habilitação técnica obtida e mediante “estudos de adaptação” e aprovação em exame vestibular.

A lei do Ensino primário foi publicada em 02 de janeiro de 1946 (decreto-lei nº. 8529) com objetivo de desenvolver a personalidade, preparação à vida cultural, familiar e a defesa da saúde e de iniciação ao trabalho.

A escolarização primária foi dividida em fundamental e supletiva. A fundamental era destinada à crianças de 7 a 12 anos, com duração de 4 anos para o curso elementar e um ano de curso complementar preparatório ao exame de admissão ao ginásio (BRASIL, 1946).

Conforme o artigo 7º, o currículo para o curso primário elementar estava assim organizado: “I. Leitura e Linguagem oral e escrita. II. Iniciação à Matemática. III. Geografia e História do Brasil. IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho. V. Desenho e trabalhos Manuais. VI. Educação Física”.

No curso primário complementar, ao currículo anterior, a lei ainda acrescentou: noções de geografia geral e histórias das Américas, Ciências naturais e Higiene e Conhecimentos das atividades econômicas da região. São previstas ainda, noções de economia doméstica e puericultura para o sexo feminino.

Já o curso primário supletivo, com duração de 2 anos, por imposição do mercado de trabalho, atendia a necessidade de fornecer educação aos adolescentes e adultos que por algum motivo não haviam recebido esse nível de ensino em idade adequada. “A própria base industrial, que agiu como um elemento pressionador da abertura de escola elementar, que existia na primeira republica” (RIBEIRO, 1998, p. 86).

O mercado de trabalho, então, passou a exigir um trabalhador minimamente alfabetizado e detentor de alguns conhecimentos práticos, como se vê no currículo,

artigo 9º: “I. Leitura e linguagem oral e escrita. II. Aritmética e Geometria. III. Geografia e História do Brasil. IV. Ciências Naturais e Higiene. V. Noções de direito usual (legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar). VI. Desenho”, além de economia doméstica e puericultura, só para os alunos do sexo feminino (BRASIL, 1964, p. 2).

1.6 A Educação nos anos 60, 70 e 80

Em 1961, com a criação da Universidade de Brasília, surge uma nova proposta universitária, extinguindo o exame vestibular, ficando o ingresso na Universidade sendo realizado através do rendimento escolar do aluno no 2º grau. Houve a tentativa de erradicar o analfabetismo no Brasil com um Programa Nacional que beneficiasse todas as camadas sociais, econômicas e culturais de cada região.

Contudo, é preciso que se discorra sobre um período não menos importante e porque não dizer negro de nossa história: a Ditadura Militar de 1964. Com os militares no poder, o Brasil viveu momentos de violência, repressão e a liberdade dos cidadãos vigiada o que contribuiu muito para o atual quadro em que nos encontramos no âmbito educacional, haja vista que muitas das atitudes e ideais de alguns políticos e gestores (não se pode generalizar) são – ainda – resquícios daquela época visto com relação à educação.

O regime militar que nasceu de um golpe de Estado desfechado a 31 de março de 1964 contra o presidente João Goulart durou 21 anos. Com o regime, foi instituído o primeiro Ato Institucional que permitiu ao governo cassar mandatos legislativos, suspender os direitos políticos e civis, de forma completamente arbitrária, sem que as vítimas tivessem qualquer direito de defesa. Entre os políticos cassados estavam três ex-presidentes – João Goulart, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek.

Apoiaram o golpe os partidos conservadores (PSD e UDN), o empresariado, os proprietários rurais e a classe média urbana, unidos, acima de tudo, para dar combate ao comunismo e à corrupção. As causas imediatas do colapso do regime da Carta de 1946 são assim resumidas por José Guilherme Merquior:

Instabilidade governamental, desintegração do sistema partidário, virtual paralisa da capacidade decisória do Legislativo, atitudes equívocas por parte do presidente Goulart, quando nada com respeito à sucessão; a ameaça representada por uma reforma agrária mal definida; inquietação militar em face da tolerância do governo aos motins dos sargentos; e radicalismo crescente, tanto da direita como da esquerda [...], tudo isto complementado pela inflação em alta e, naturalmente, pelo fantasma assustador da revolução cubana ("Patterns of State Building in Brasil and Argentina in Hall, J.A organizador, States in History, London; Blackwell, 1986, p.284).

O Regime Militar de 1964 espelhou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos, feridos, nos confrontos com a polícia, e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes foi considerada ilegal, proibida de funcionar; o Decreto-Lei 477 silenciou manifestações de alunos e professores da época; o Ministro da Justiça declarou que "estudantes têm que estudar" e "não podem fazer baderna". Esta era a prática do Regime.

No entanto, neste período deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. E, para acabar com os "excedentes" (aqueles que tiravam notas suficientes para cursar, mas não conseguiam vaga para estudar), foi criado o vestibular classificatório (será que houve avanço?).

Para erradicar o analfabetismo no Brasil, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. Aproveitando-se, em sua didática, dos mesmos livros para a alfabetização de crianças, o MOBRAL propunha erradicar o analfabetismo no Brasil. Não conseguiu. E entre denúncias de corrupção... Foi extinto. É no período mais cruel da ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, que é instituída a Lei 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.

Em 1971, o ensino de primeiro e segundo grau foi reformado com a Lei 5.692/71. A característica mais marcante desta lei era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante. Dentro do espírito dos "slogans" propostos pelo governo, como "Brasil grande", "ame-o ou deixe-o", "milagre econômico", etc., planejava-se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira.

Ainda no regime militar de 1964 a 1985, a Universidade de Brasília, que começava verdadeiramente se instalar com a colaboração de cientistas de renome,

foi vítima de uma repressão violenta, por conta disso, em outubro de 1965, mais de 200 professores pediram demissão (o que causou espanto no mundo acadêmico, pois foi algo jamais visto).

Por outro lado, no campo do ensino, houve progresso, mas somente do ponto de vista quantitativo com a expansão da rede de escolas dos três graus. Mesmo assim, não se conseguiu atender toda a clientela em idade escolar e o que é mais grave, houve uma exclusão da maioria dos que ingressavam no ensino primário, após um, dois ou três anos de escolaridade.

A ditadura militar se desfez por si só. Pois, tamanha era a pressão popular, de vários setores da sociedade, que o processo de abertura política tornou-se inevitável. Mesmo assim, os militares deixaram o governo através de uma eleição indireta, mesmo que concorressem somente dois civis (Paulo Maluf e Tancredo Neves). A última eleição indireta levou ao governo, em 1985, um civil, o vice-presidente José Sarney, pois o presidente eleito, Tancredo Neves, faleceu antes de tomar posse do cargo.

Em 1986, houve novas discussões sobre a Educação de maneira democrática e aberta. O Brasil, neste período, passou por uma série de transformações que viabilizou um avanço no processo educacional e econômico brasileiro,

Nota-se que o desenvolvimento industrial desencadeou discussões e ações do Estado em torno da educação. Exigia-se (e exige-se) uma formação mínima para a classe trabalhadora para se fazer necessária conforme os “interesses burgueses”.

Por esse motivo, a educação básica tem por finalidade, segundo diz o artigo 22 da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº. 9.394/96, “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Sendo que esta última finalidade deve ser desenvolvida de maneira essencial pelo Ensino Médio ou Secundário.

Desta maneira, o planejamento do Ensino Médio ou Secundário deve ser em consonância com as características sociais; culturais e cognitivas do sujeito humano referencial desta última etapa da Educação Básica, ou seja, adolescentes, jovens e adultos devem ter suas singularidades respeitadas na medida de seu tempo de vida e historicidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº. 9.394/96 estabelece como sendo dever do Estado a progressiva extensão da obrigatoriedade do Ensino Médio.

Após a LDB, foram realizadas várias discussões que resultaram em documentos apoiados por pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB) do CNE. Propôs-se, então, no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica, ou seja, buscou-se, então, ensinar o educando o desenvolvimento da capacidade de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las, a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício da memorização.

A equivalência plena entre os cursos técnicos e os demais cursos do 2º ciclo do ensino secundário (clássico e científico) e, portanto, o acesso indiscriminado ao Ensino Superior somente foi obtido com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

Com a expansão do processo capitalista, as funções econômicas atribuídas à educação, especialmente ao ensino profissionalizante – que se coadunavam com a teoria do capital humano – ganham um papel de destaque no cenário educacional o que acabou levando às reformas efetivadas pelas leis 5.540 de 28 de novembro de 1968 e 5.692 de 11 de agosto de 1971 – que implantaram, respectivamente, novas políticas educacionais para o ensino superior e novas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Com essa LDB de 1971, tornou-se obrigatória a profissionalização no ensino de 2º grau para, segundo documentos oficiais, dotar a nação dos recursos humanos, especialmente no que se refere à qualificação profissional de nível médio, necessários aos programas de desenvolvimento nos diversos setores da economia.

Com a reforma da LDB (onze anos depois) efetivada pela Lei nº. 7.044 de 18 outubro de 1982, a profissionalização no ensino de 2º grau deixou de ser obrigatória. Com a promulgação da LDB de 1996 – Lei nº. 9.394 de dezembro, este ramo da educação escolar brasileira foi abrangido pelo que passou a se designar como Educação Profissional.

Com a criação da primeira Universidade, a qual foi agregada a três escolas superiores existentes no Rio de Janeiro que foram as Faculdades de Direito, de Medicina e Escola Politécnicas, observa-se um elevado crescimento no número de

escolas particulares. O ensino superior no Brasil destaca-se pela privatização e fragmentação institucional.

As Universidades Públicas não constituem um segmento homogêneo, dotadas todas de idênticas carreira de docente (CUNHA, 2003, p.151). Enquanto que nas Universidades Privadas, existe uma desigualdade quanto ao padrão de ensino, este voltado para o acadêmico.

No final dos anos 70, surge o processo de democratização da sociedade e com isso despertam-se para novas exigências no sentido da melhoria da escola básica de formação de professores, que começam a se organizar em associação e fundam a Associação Nacional pela formação dos Profissionais da Educação (Anfope).

Em 1983, novamente os professores preocupados com a coletividade criam a Comissão Nacional dos Profissionais da Educação (CONARFE) com idéia de construir coletivamente uma concepção sócio histórico de educador, enfatizando o caráter tecnicista e conteúdista das políticas nacionais.

Ressaltando a valorização do Magistério, a prioridade no quadro de políticas educacionais, com igualdade, condições de trabalho, salário e carreiras dignas e ainda uma formação continuada com direito dos professores e obrigação do Estado e das instituições.

O ensino de Pós-Graduação foi criado em 03 de dezembro em 1965, pela Câmara de ensino Superior, hoje atual Conselho Federal de Educação, pelo relator Newton Sucupira, que estabelece a formação de recursos humanos qualificados para todos os níveis de ensino, preparação de alto nível e a capacitação avançada de profissionais.

Em 1970, com o regime militar, o ensino de pós-graduação no Brasil teve um aumento significativo. Isso se deu graças à expansão do Ensino Superior, enquanto que o ensino superior nas Faculdades privadas se expandia à pós-graduação era prioridade do ensino público.

De acordo com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) vem reafirmando sua posição, ao longo dos anos em vários documentos onde expressa que a pós-graduação não está exclusivamente a serviço do sistema educacional.

Com a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº. 9.394/96), novas exigências foram colocadas para o magistério com relação a sua

qualificação, portando, “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado” (art.66, LDB 9.394/96).

No terceiro capítulo do estudo discute-se a educação brasileira na década de 90, com enfoque nos seguintes temas: A relação entre investimentos em educação e o crescimento da renda média da população do Estado do Amazonas durante os anos 90; O retorno dos investimentos em educação; A relação entre a extensão da prole e a renda média da população estudada e a Influência da educação na renda da população.

Na síntese que se chegou, também, na década de 90, percebeu-se que os problemas com o financiamento, a organização e a estrutura da educação brasileira encontradas nos períodos históricos anteriores, ainda permanecem dificultando a conquista da qualidade na educação. Isto pode ser percebido a partir das análises que passam a ser processadas agora no terceiro capítulo desta dissertação de mestrado.

CAPÍTULO II

2 A RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E O CRESCIMENTO DA RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS DURANTE OS ANOS 90

Depois de processadas as análises dos períodos históricos anteriores, pôde-se perceber que apesar da reincidência dos problemas, a educação no Brasil avançou ao longo da década de 90. O desenvolvimento de projetos bem como a criação de Leis que regem o atual sistema educacional brasileiro apontam para que o país caminhe a passos largos para uma educação voltada para o desenvolvimento humano mais efetivo no que diz respeito a vida em sociedade.

É importante ressaltar, a historicidade dessa evolução que se deu muito em função da revolução industrial do século XIX e a conseqüente demanda por cursos profissionalizantes devido à exigência do mercado de trabalho.

Foi durante os anos noventa que o País teve um aumento significativo dos seus índices educacionais bem como a melhor fase de democratização e inovação do ensino, onde

a ampliação das oportunidades educacionais às crianças e jovens das classes menos favorecidas, oferecendo um ensino de qualidade, constituiria indubitavelmente a verdadeira inovação educacional. Essa ampliação não deve se limitar ao aumento de números de vagas nas escolas, mas compreender igualmente as medidas que visam à redução dos índices de reprovação e do número de “excluídos” do sistema escolar. Mais escolas e melhores escolas (WEREBE, 1997, p. 260).

Ainda que em ritmo mais lento que nas décadas anteriores, pôde-se perceber a redução da taxa de analfabetismo e o aumento do nível médio de escolaridade. Essa evolução pode-se dizer que se deu em um período em que o País atravessava um momento difícil com o crescente desemprego e a deterioração da renda dos trabalhadores.

Entretanto, se por um lado a evolução da educação foi positiva, haja vista o aumento dos níveis de série e conseqüentemente maior qualificação para o mercado de trabalho. Por outro lado, excluiu as classes menos favorecidas com relação aos postos de trabalho com escolaridade mais elevada. Tal acontecimento se deu em

função das exigências das empresas em agregar o capital humano, ou seja, utilizar o conhecimento, treino e a capacidade das pessoas em realizar tarefas com certo grau de complexidade ao valor de seus produtos e, em consequência, ter no seu quadro de funcionários pessoas com um grau de escolaridade mais alto. É o que diz Smith, (1976)

Um homem educado à custa de muito esforço e tempo para qualquer emprego que exige destreza e qualificações especiais pode ser comparado a uma daquelas máquinas caras. O trabalho que ele aprende a realizar, como será de esperar, acima dos salários habituais da mão-de-obra comum, compensar-lhe-á todo o custo de sua educação, com, pelo menos, os lucros habituais de um capital igualmente valioso (SMITH, Adam. op. Cit, p. 90. A riqueza das nações, 1776, Livro 1, cap. 10. apud SHEEHAN, 1975, p. 35-36).

A teoria do capital humano apareceu por volta dos anos 60 nos Estados Unidos, e se volta especificamente na ideia do investimento em educação para capacitar o trabalhador com vistas ao aumento da produtividade, ou seja, a mão-de-obra especializada obtida graças à formação escolar profissional. Por aqui,

Vale assinalar que a idéia de “capital humano” surge, historicamente, bem antes, até mesmo no Brasil, da década de 50”. O fato de que sua formulação sistemática e seu uso ideológico político somente se verificam a partir do fim da década de 50 e início da década de 60 aponta para a hipótese de que é efetivamente neste período que as novas formas que assumem as relações intercapitalistas demandam e produzem esse tipo de formulação (FRIGOTTO, 1989, p. 38).

Este conceito de capital humano é, por conseguinte, fator preponderante quando se fala em desenvolvimento econômico de um país “os valores produtivos da instrução constituem, de imediato, um investimento em futuras capacidades de criar e receber rendimentos” (PEREIRA, 1974, p. 100).

Do ponto de vista econômico, entende-se que o capital humano não se restringe apenas à educação escolar, podendo ainda abranger “o treinamento na escola, na oficina, na fábrica. Vê-se que a educação enriquece um país. Em termos macroeconômicos a capacidade produtiva de um país cresce com a habilitação de sua força do trabalho” (ROSSI, 1980, p. 36).

No entanto, o alto custo da educação impede alguns países em desenvolvimento de oferecer educação pública e universal, sobretudo quando o

crescimento populacional é acelerado por expandir a demanda por educação em proporção maior que o crescimento do PIB – Produto Interno Bruto - e da força de trabalho.

Pode-se, com isso, afirmar que, para o desenvolvimento de um país se dá através do investimento prioritário na educação. “A educação para o desenvolvimento constitui uma estratégia, pois ela deve visar à formação de recursos humanos aptos a participar da dinâmica do processo econômico” (OLAVO FILHO, 1975, p. 55).

O retorno dos investimentos em educação só acontece em longo prazo e, por esta razão, muitos governos preferem investir em outros setores que oferecem retornos mais imediatos.

Nesse sentido, embora o Amazonas invista sistematicamente em educação não está conseguindo alcançar plenamente esse objetivo, devido ao seu crescimento populacional acelerado.

A população do Amazonas está crescendo a taxas muito elevadas, acima da média brasileira, em decorrência do grande poder de atração que o Estado oferece sobre a população dos demais estados, da própria região e do Nordeste que migram para Manaus e para alguns municípios do interior a procura de melhores condições de vida.

No período 1991-2000, a população do Estado do Amazonas teve um incremento geométrico médio de 3,48% ao ano, o que elevou a sua população total em 756.199 habitantes.

A população de Manaus, embora tenha reduzido sua taxa de crescimento em relação às décadas de 70 e 80 (7,35% e 4,35% respectivamente), apresentou taxas geométricas médias anuais de 3,71%, o que produziu um incremento na sua população de 392.295 habitantes, o terceiro maior das capitais brasileiras em termos absolutos e o quarto maior em termos relativos. A população do município de Manaus que era a décima primeira maior dos municípios brasileiro, em 1991, passou a ser a nona maior, em 2000.

A população urbana das cidades do interior teve um crescimento geométrico médio de 4,24% ao ano, o que representou um incremento 224.914 habitantes.

A população rural do interior do Amazonas cresceu a uma taxa geométrica média de 2,36% ano, o que produziu um incremento 138.990 habitantes considerado

alto, sobretudo, se comparado ao incremento de 138.724 habitantes do período 1960-1991.

O elevado crescimento populacional do Estado do Amazonas exige grandes investimentos em educação para que o poder público possa atender o crescimento da demanda e ao mesmo tempo melhorar a qualidade do ensino, com o objetivo de elevar o nível de renda média da população.

Nos anos 90, como consequência da abertura econômica e do desenvolvimento da tecnologia, houve aumento da competitividade entre as empresas e, para que a produção industrial do Amazonas não sucumbisse frente a forte concorrência nacional e internacional, foram introduzidas novas tecnologias que passaram a exigir melhor qualificação da mão-de-obra e maiores investimentos em educação. Como consequência, o Estado teve que investir mais em educação, aumentando assim, os gastos com a mesma.

Sheehan, há 15 anos já fazia uma análise deste contexto que nos parece muito atual quando diz que os gastos públicos com educação nos países e regiões em desenvolvimento têm aumentado significativamente nos últimos tempos em decorrência de três razões principais: a primeira, é o volume das despesas, que, em termos reais, por aluno matriculado, tem aumentado em decorrência das novas exigências materiais, da necessidade da qualificação e da constante reciclagem do corpo docente. O segundo fator é a tendência dos preços relativos dos recursos educacionais tem sido desfavorável e, por último, a taxa de crescimento das matrículas tem crescido regularmente em todos os níveis (1975, p. 16).

Por outro lado, contudo, o crescente número de crianças nascidas é um fator importante quando discutimos a educação, sendo este, também, um agravante para o aumento das despesas públicas na educação, conforme demonstra a tabela 1.

TABELA – 01		
Período	Despesa na Esfera Estadual	Despesa na Esfera Municipal
1991	16	6,41
1992	161	62,607
1993	4590	1954,391
1994	114626	50175,133
1995	231869	97802,213
1996	300546	113930,38
1997	308117	142237,286
1998	320609	162079,828
1999	316861	146472,554
2000	454263	203555,956

TABELA – 01 - Despesas por Função (Educação) / por Período – Amazonas (em R\$ Mil.)
 Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Portanto, analisando os dados demonstrados, é possível afirmar que, ao longo dos anos, mas precisamente durante a década de 90, aconteceram aumentos significativos nos valores investidos na esfera educacional, sobretudo no âmbito estadual, como podemos visualizar no gráfico abaixo, apenas nos anos de 1998 e 1999 houve diminuição destes valores conforme gráfico 1.

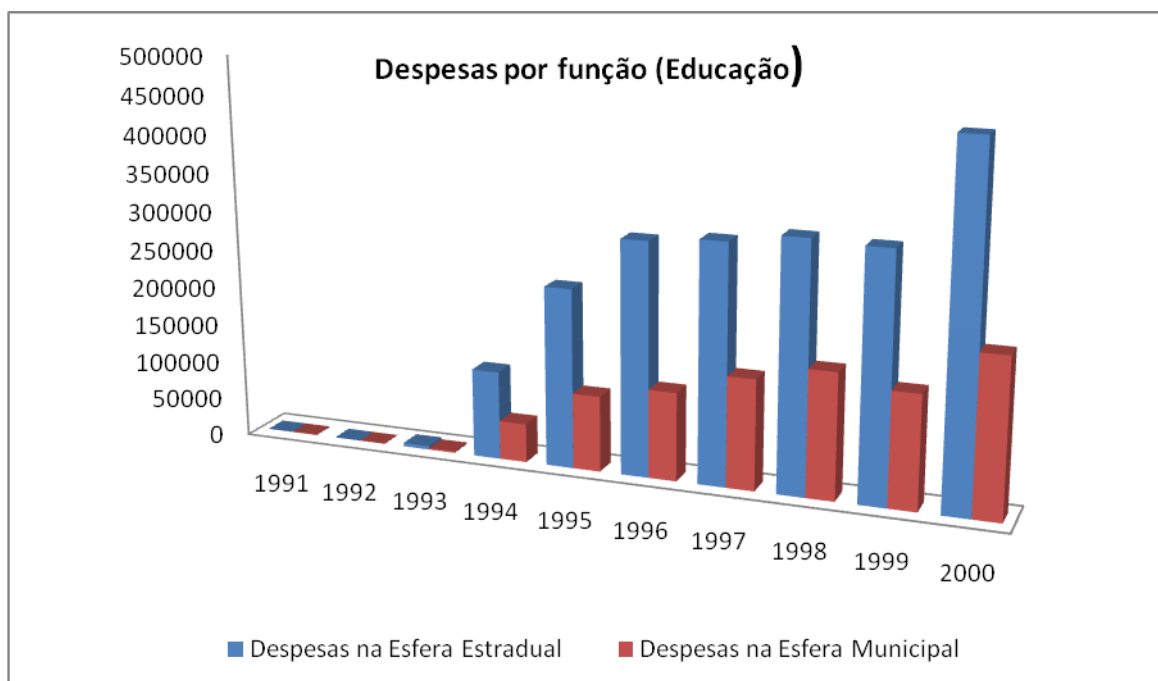


Gráfico 1 – Despesas por função (Educação) na esfera Estadual e Municipal.

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Sobre isso, Coale (1965, p. 287) diz que as despesas públicas com a educação aumentam com o crescimento populacional e, variam de magnitude conforme o curso que toma a fecundidade. Os maiores gastos feitos para atender as demandas educativas, decorrentes da maior quantidade de crianças em idade escolar, desviam recursos que poderiam ser aplicados para aumentar a produtividade da força de trabalho existente.

O Banco Mundial estimou que, nos países em desenvolvimento como grupo, os gastos públicos com educação aumentaram em relação ao PIB, de 2,3%, em 1960, para 3,9%, em 1974, e em relação aos orçamentos públicos, de 11,7% para 15,5%. (BANCO MUNDIAL, 1984. p. 92).

2.1 O retorno dos investimentos em Educação

Estudos já realizados mostram uma relação positiva entre educação e desenvolvimento econômico, que é evidenciado pelo aumento da renda per capita.

Levantamentos do Banco Mundial sugerem que, aumentando em um ano o número médio de anos de instrução do contingente de mão-de-obra, o PIB aumentaria em 9% ao ano, nos três primeiros anos, e a partir daí, em 4% ao ano, nos três anos seguintes. Nessas condições, se fosse possível aumentar em seis anos, o número médio de anos de estudo de todo o contingente da força de trabalho, poderia se esperar como resultado, um crescimento acumulativo de mais de 45% no PIB. (BANCO MUNDIAL, 1991, p. 49-50).

Este resultado, somado aos ganhos de produtividade do capital físico e os decorrentes da inovação tecnológica quando existissem, poderiam impulsionar rapidamente o desenvolvimento econômico de um país. Partindo da premissa que os demais ganhos de produtividade fossem anulados pela depreciação do capital e pela remessa líquida externa, o efeito da educação seria bastante visível na renda per capita desde que o crescimento populacional não fosse muito elevado.

Com um crescimento populacional de 1% ao ano, seria possível um crescimento médio da renda per capita de 5,71% ano no período de seis anos, com um crescimento populacional de 3% ao ano, o crescimento da renda per capita cairia para 3,96% ao ano.

Embora teoricamente isto possa acontecer, num país real a situação é diferente. Nem sempre os investimentos em educação poderão ser feitos para atingir simultaneamente e por um período prolongado toda a força de trabalho, nem a produtividade decorrente do aumento dos anos de instrução será a mesma para toda a população alvo.

Os recursos necessários à implementação dos programas de educação terão que competir com os recursos necessários à implementação dos programas de saúde, de nutrição, de previdência social e com as demais demandas sociais e econômicas que o governo, e a sociedade como um todo, tem que atender. Nesta competição, os recursos destinados aos programas de educação muitas vezes são insuficientes para manter a educação nos níveis vigentes.

É necessário recurso para a universalização da educação, fazendo com que ela chegue a toda população, como também é necessário recurso para a sua expansão vertical, fazendo como que toda a população em idade escolar atinja o nível mais elevado possível.

Nesta competição por recursos, os vários níveis de educação competem entre si, e os argumentos usados para mostrar a importância de cada nível educacional

são convincentes. Embora os vários estudos mostrem que os investimentos no ensino primário trazem os maiores retornos em termos de aumento de renda, não se pode esquecer que para desenvolver as tarefas que o mundo moderno impõe, há necessidade que a educação se torne universal em todos os níveis.

Saber ler, escrever e fazer contas é essencial, mas não é suficiente para atender as necessidades de desenvolvimento de um país. Um País para se desenvolver necessita de técnicos, engenheiros, médicos, advogados, economistas, executivos, professores, cientistas e de mais uma gama imensa de profissionais que necessariamente terão que ter educação superior, como requisito mínimo.

Segundo Sheehan (1975, p. 23), sobre o ponto de vista econômico, a educação pode ser vista como consumo ou investimento. Consumo quando é desejada “por si própria” como algo recompensadora e intelectualmente estimulante em si mesmo. Investimento quando permite que as pessoas educadas derivem um fluxo de benefícios, sejam pessoais, com o aumento da renda decorrente de melhores empregos; sejam sociais, à medida que os membros educados da força de trabalho aumentem, no futuro, a produção de bens e serviços para a sociedade.

O retorno dos investimentos em educação se percebe ao constatar que pessoas educadas ganham mais que pessoas sem educação.

Marshall (1988, p.166-167) assim se referiu em relação à ligação existente entre a educação e o rendimento do trabalho: “O investimento de capital na criação e no treinamento dos trabalhadores na Inglaterra é limitado pelos recursos dos pais, nas várias categorias da sociedade, por sua capacidade de prever o futuro e disposição a se sacrificar pelo bem de seus filhos”.

Theodore W. Schultz, chama a atenção ao fato da maioria dos economistas modernos, talvez, em decorrência da dificuldade de avaliar os retornos dos investimentos em capital humano, tenha se concentrado na análise dos investimentos em capital físico.

Simon Kuznets mostra que a mensuração da formação de capital, baseada somente no capital físico é deficiente por omitir os dispêndios em educação, pesquisa não lucrativa, saúde e recreação, os quais contribuem para o crescimento econômico, incrementando a eficiência de um complexo sistema produtivo (p.41, 1974).

2.2 A relação entre a extensão da prole e a renda média da população estudada.

Países que conseguiram diminuir suas taxas de fecundidade diminuíram algum tempo depois o peso de sua população escolar, e como consequência, a demanda por educação e, com isso, os recursos que seriam aplicados na ampliação da cobertura pelo sistema, puderam ser alocados na melhoria da qualidade do ensino. Entretanto, os países que mantiveram altas taxas de fecundidade enfrentam sérios problemas para atender os gastos com educação, mesmo que para manter as mesmas taxas de matrícula e padrões de ensino.

Nessas condições, aos países com grande crescimento populacional restam três alternativas na questão educacional: a primeira seria desviar recursos de outros setores para a educação, que é uma alternativa viável, porém de difícil articulação política por ter que sacrificar investimentos produtivos ou gastos em outros setores cruciais como a saúde e a habitação; a segunda seria atender parcialmente a demanda, o que condenará parte da população ao analfabetismo, e servirá para aprofundar as desigualdades sociais, pois são as famílias pobres as maiores usuárias do ensino público ou por último, diminuir a qualidade do ensino e rebaixar o número de anos de estudos, que teria consequências negativas, no médio e no longo prazo, na produtividade da força de trabalho e no nível de renda da população.

Na Região Norte, o último Censo Demográfico de 2000, verificou uma população de 969.954 pessoas, com idade de 15 ou mais anos sem instrução e ainda com menos de 1 ano de estudo. Ficou constatado que 466.085 (48,05%) desta população não apresentavam rendimentos, 138.078 (14,25%) estavam no grupo das pessoas que ganhavam somente até 01 salário mínimo, 286.668 (29,55%) era representado por pessoas que ganhavam mais de 1 a 2 salários mínimos, 40.801(4,21%) era representado por pessoas com rendimentos de 2 a 3 salários mínimos, 22.897(2,36%) pessoas com rendimentos mais 3 a 5 salários mínimos. Conforme tabela 02.

TABELA 02

Nível de Renda	Brasil	Norte	Amazonas	Manaus
Sem rendimentos	4.603.331	466.085	123.078	20.487
Até 1 SM	2.349.959	138.256	25.745	3.951
Mais de 1 a 2 SM	5.412.425	286.668	51.410	15.236
Mais de 2 a 3 SM	735.222	40.801	6.987	2.765
Mais de 3 a 5 SM	356.979	22.897	4.114	1.898
Mais de 5 a 10 SM	152.671	10.658	1.721	788
Mais de 10 a 20 SM	35.275	3.379	466	204
Mais de 20 SM	11.880	1.211	186	109
Total	13.657.742	969.954	213.708	45.437

TABELA – 2 - População de 15 ou mais anos sem instrução ou com menos de um ano de estudo por nível de renda.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000.

O Censo Demográfico do ano de 2000 constatou que o Estado do Amazonas com relação à educação, tinha uma população com idade de 15 ou mais anos sem instrução e ainda com menos de 1 ano de estudo de 213.708 habitantes. A distribuição; era a seguinte: 123.078 (57,59%) eram de pessoas sem rendimentos, 25.745 (12,05%) formadas por pessoas com até 1 salário mínimo, 51.410 (24,06%) com rendimentos de mais de 1 a 2 salários mínimos, 6.987(3,27%) com mais de 2 a 3 salários mínimos, 4.114 (1,95%) com rendimentos de mais de 3 a 5 salários mínimos, 1.721 (0,81%) com rendimentos de 5 a 10 salários mínimos, 466 (0,22%) formados por pessoas com rendimentos de 10 a 20 salários mínimos, 186 (0,09%) são pessoas apresentavam rendimentos de mais de 20 salários mínimos.

No Censo Demográfico realizado no ano de 2000, o Município de Manaus, apresentava uma população de 45.437 habitantes, com idade a partir de 15 anos sem instrução e ainda com menos de 1 ano de estudo. Desta população, 20.487 (45,09%) pessoas não apresentavam rendimentos, 3.951 (8,70%) tinham rendimentos inferiores ou de 01 salário mínimo, 15.236 (33,53%) pessoas apresentavam rendimentos de 01 a 02 salários mínimos, 2.765 (6,09%) com rendimento de 02 a 03 salários mínimos, 1.898 (4,18%) pessoas que apresentavam rendimentos de 03 a 05 salários mínimos, 788 (1,73%) que apresentavam rendimentos de 05 a 10 salários mínimos, 204 (0,45%) com rendimentos de 10 a 20 salários mínimos, 109 (0,24%) pessoas com rendimentos de mais de 20 salários mínimos.

Para melhor entendimento o gráfico 2 abaixo mostra os dados em percentuais.

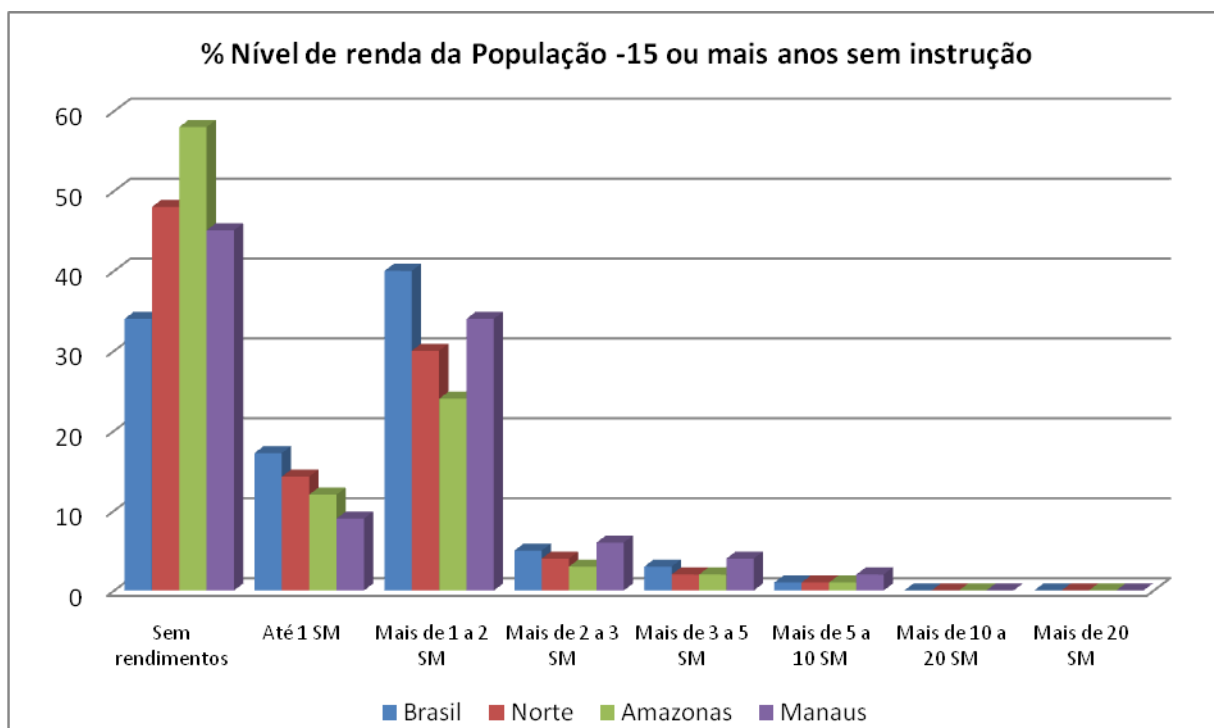


Gráfico 2 – População a partir de 15 anos sem instrução ou com menos de um ano de estudo por nível de renda.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000.

2.3 A Influência da Educação na renda da população

No meio urbano, para se conseguir trabalho, até nas tarefas mais simples é exigido o ensino fundamental completo e para as atividades um pouco mais complexas, o ensino médio.

Discute-se, muito, quem deve arcar com o custo da educação, se o Estado ou as próprias famílias interessadas. Há um consenso que o ensino fundamental deve ser tarefa do governo, mas a partir do ensino médio, as opiniões se dividem.

Uns acham que o governo deve arcar com os custos da educação em todos os níveis, outros que só deve arcar com a educação dos mais pobres. Quanto ao ensino superior, este segundo grupo aceita no máximo que o governo ofereça bolsa de estudos aos mais destacados, como forma de incentivo, e que ofereça crédito educativo aos demais, para que o recurso possa retornar para financiar novos grupos.

Os contrários ao ensino universitário público, gratuito e universal, argumentam que os mais necessitados não se beneficiam, que a maioria dos cursos não atendem o mercado de trabalho, que grandes investimentos são feitos para

formar futuros desempregados e que as universidades públicas empregam mal os recursos que recebem. Argumentos que em parte são verdadeiros, mas no fundo procuram confundir a opinião pública, negando os benefícios que o ensino universitário público proporciona em termos quantitativos e qualitativos.

Investir na educação é necessário, prover a educação a todos e melhorar a qualidade do ensino é uma condição essencial ao desenvolvimento, tanto econômico de um país como também humano. Está provado que ao se investir em educação a vida das pessoas melhora, segundo dados do IPEA, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – do Estado do Amazonas deu um salto. De 1991 à 2000, ou seja, em dez anos este índice foi de 0,6640 à 0,7130. Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país, Estado, cidade ou região. Ver tabela 03.

TABELA – 03

Sigla	Nome	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	
		1991	2000
AC	Acre	0,6240	0,6970
AM	Amazonas	0,6640	0,7130
AP	Amapá	0,6910	0,7530
PA	Pará	0,6500	0,7230
RO	Rondônia	0,6600	0,7350
RR	Roraima	0,6920	0,7460
TO	Tocantins	0,6110	0,7100
BR	Brasil	0,6960	0,7660

TABELA 3 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH / Região Norte
Fonte: IPEADATA

Neste mesmo período, os investimentos em educação aumentaram consideravelmente, o que reforça a teoria de que a longevidade, a educação e a renda da população melhoram na medida em que os investimentos na área educacional aumentam (ver gráfico 03).

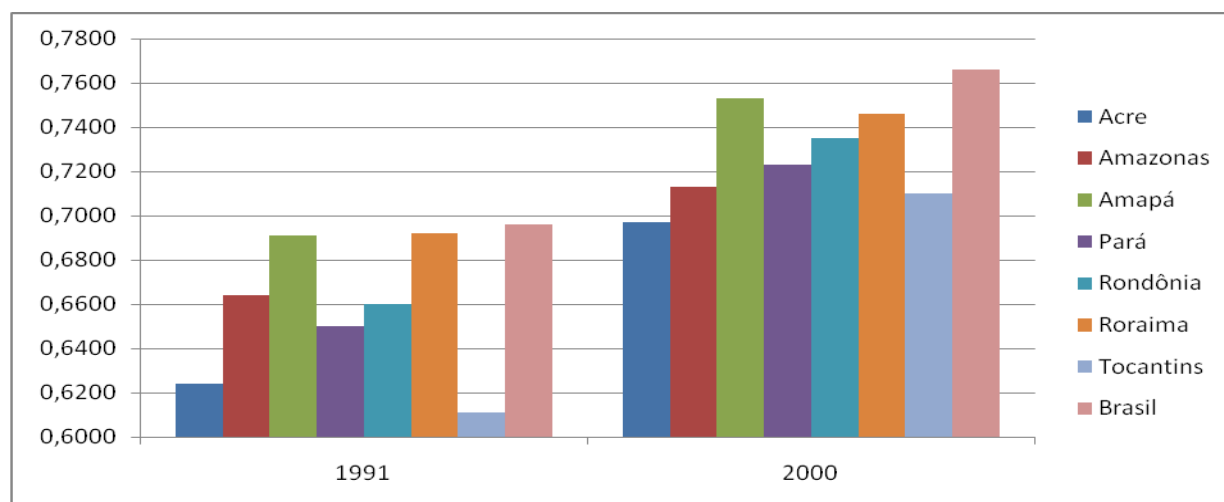


GRÁFICO 3 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH Região Norte.
Fonte: IPEADATA

Para conquistar esses objetivos, necessita-se de recursos humanos, materiais e financeiros, além ainda de infraestrutura adequada, que a maioria dos países em desenvolvimento não pode suprir.

A preparação adequada de professores bem como a formação especializada e permanente é primordial para que o resultado esperado seja satisfatório, mas para isso a escola necessita de recursos didáticos modernos.

Além disso, há necessidade de recursos para a conservação das instalações físicas e manutenção dos equipamentos. Para expandir a rede escolar é necessário que se ampliem esses gastos, que novas instalações físicas e novos laboratórios sejam construídos e novos equipamentos sejam adquiridos, o que significa custos adicionais que na maioria das vezes, o governo, nem a sociedade como um todo, tem condições de arcar.

Mas como suprir os recursos necessários se o país destina mal as suas verbas e tem que repartir esses recursos com outros usos alternativos?

Este é um dos grandes dilemas que os países em desenvolvimento enfrentam. Embora a educação seja essencial e o investimento em educação ofereça maiores retornos que os investimentos em outros setores, não se investe devidamente em educação, e por esta razão o investimento per capita em educação é muito baixo. Sendo o investimento per capita muito baixo é de se esperar que os retornos na forma de aumento da renda per capita sejam baixos também, o que cria um círculo vicioso difícil de romper.

Nos países em desenvolvimento as desigualdades econômicas e sociais são muito acentuadas, o que faz com que a camada mais pobre da população tenha maiores dificuldades de acesso à escola, sobretudo, devido a necessidade de trabalhar ainda jovens para se manter e ajudar a família, o que leva ao desestímulo, à repetência e à evasão escolar. Como resultado, parte dos recursos é gasto sem retornos, a maioria não termina seus cursos no tempo esperado e o nível de formação educacional da população permanece muito baixo.

Um país com crescimento populacional baixo precisa de menos recursos para manter os mesmos níveis de educação, por não ter que fazer grandes gastos na expansão da rede escolar e na ampliação do quadro de professores, o que pode possibilitar ampliação da cobertura e a melhoria qualitativa do ensino.

Contudo, se o crescimento populacional for acelerado, dificilmente o País poderá atender ao aumento da demanda proveniente do aumento exacerbado da

população escolar, sobretudo, porque as famílias de baixa renda são as que têm o maior número de filhos, maiores dificuldades de acesso à rede escolar pública e não dispõem de recursos próprios para custear o ensino dos filhos.

A falta dos recursos necessários aos investimentos em educação, em um país ou região com rápido crescimento populacional, pode ter o poder de manter os baixos níveis de renda per capita, aumentar a população em estado de pobreza, ampliar as desigualdades econômicas e sociais e condenar o país ao subdesenvolvimento.

Deste modo, para que um país possa aplicar de maneira eficiente os recursos é preciso antes de tudo fazer um raio x da sua população. Assim, nesse sentido, o Censo Demográfico de 2000 registrou no Brasil uma população de 15 ou mais anos de estudo de 118.175.794 habitantes, sendo 13.657.742 (11,6%) sem instrução e menos de 1 ano de estudo, 37.614.114 (31,8%) com 1 até 4 anos de estudo, 30.740.353 (26,0%) com 5 até 8 anos de estudo, 25.739.885 (21,8%) com 9 até 11 anos de estudo, 9.336.690 (7,9%) com 12 ou mais anos de estudo (Tabela 4).

TABELA 4

Anos de Estudo	Brasil	Norte	Amazonas	Manaus
Sem instrução ou menos de 1 ano	13.657.742	969.954	213.708	45.437
De 1 a 4 anos	37.614.114	2.572.755	464.423	195.385
De 5 a 8 anos	30.740.353	1.762.651	382.296	244.468
De 9 a 11 anos	25.739.885	1.136.808	265.132	202.456
De 12 e mais anos	9.336.690	208.005	46.220	41.682
Não determinado	1.087.011	66.899	12.736	6.126
Total	118.175.794	6.717.073	1.384.514	735.553

TABELA 4 - População de 15 ou mais anos por nível de instrução – 2000

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000

O gráfico 4 mostra os valores em percentuais a fim de se obter melhor entendimento.

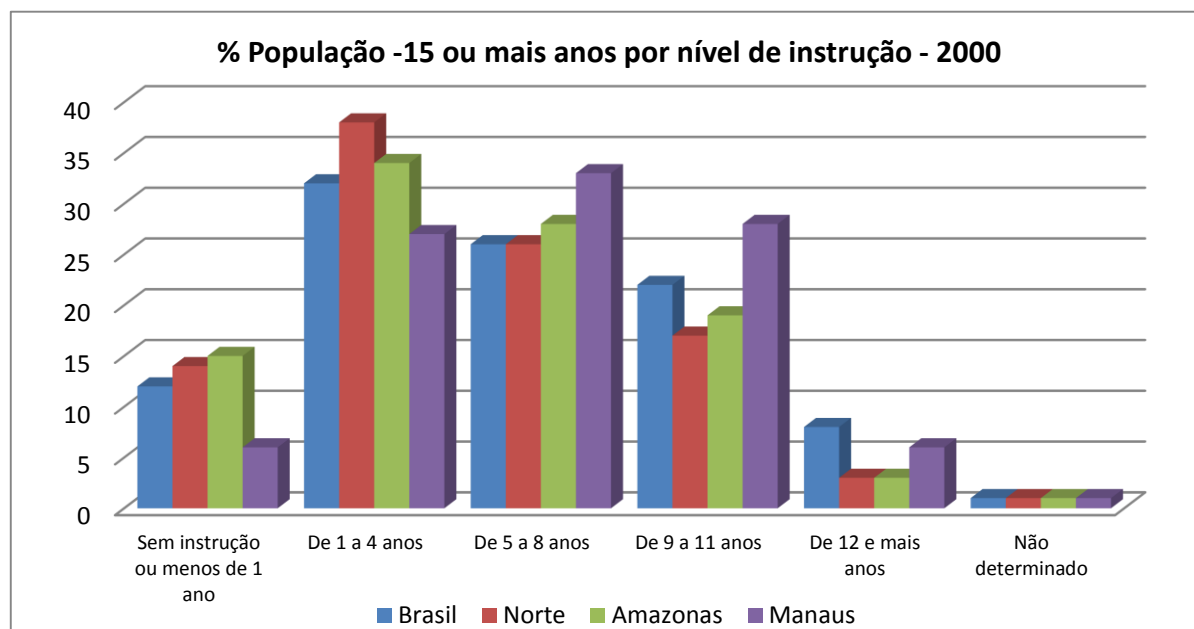


Gráfico 4 – População de 15 ou mais anos por nível de instrução – 2000.
Fonte: Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000.

Na Região Norte o Censo Demográfico de 2000 registrou 6.717.073 de pessoas com 15 ou mais anos de idade. Desta população 969.959 (14,4%) pessoas não tinham instruções ou tinham menos de 1 ano de estudo, 2.572.755 (38,3%) tinham de 1 a 4 anos de estudo, 1.762.651 (26,2%), de 5 a 8 anos, 1.136.808 (16,9%) de 9 a 11 anos, 208.005 (3,1%) de 12 ou mais anos de estudo, além de 66.899 (1,0) que não foi possível determinar a escolaridade (Tabela 4).

No Estado do Amazonas em 2000, o Censo Demográfico registrou uma população de 1.384.514 habitantes com 15 ou mais anos de idade, assim distribuídos em relação ao nível de instrução: 213.708 (15,4%) pessoas sem instrução ou com menos 1 ano de estudo, 464.423(33,5%) pessoas com 1 a 4 anos de estudo, 382.296 (27,6%) com 5 até 8 anos de estudos, 265.132 (19,1%) com 9 até 11 anos de estudos e 46.220 (3,3%) com 12 ou mais anos de estudo. No Amazonas 12.736 (0,9%) não identificaram o nível de instrução (Tabela 4).

A população do Município de Manaus com 15 ou mais anos de idade conforme o Censo Demográfico de 2000 era de 735.553 de habitantes, destes, 45.437 (6,2%) eram formados por pessoas sem instrução ou menos de 1 ano de estudo, 195.385 (26,6%) por pessoas com 1 a 4 anos de estudos, 244.468 (33,2%) por pessoas com 5 a 8 anos de estudos, 202,456 (27,5%) por pessoas com 9 a 11 anos de estudo, 41.682 (5,7%) com pessoas de 12 ou anos de estudo, e 6,126 (0,8%) por pessoas que não identificaram o nível de instrução (Tabela 4).

A população da Região Norte de 15 anos ou mais, conforme o Censo Demográfico de 2000 era de 6.717.073 habitantes. Destas pessoas 3.428.047 (51,0%) fazem parte do grupo sem rendimentos, 712.120 (10,6%) são pessoas que tinham rendimentos de até 1 salário mínimo, 1.398.829 (20,8%) por pessoas com rendimentos de mais de 1 a 2 salários mínimo, 399.940 (5,8%) com mais de 2 a 3 salários mínimo, 343.268 (5,1%) era formado por pessoas que obtinham mais de 3 a 5 salários mínimos, 275.112 (4,1%) por pessoas que obtinham mais de 5 a 10 salários mínimos, 113.504(1,7%) pessoas com rendimento de mais 10 a 20 salários mínimos e ainda a população de 57.253 (0,9%) formado por pessoas com nível de renda superior a 20 salários mínimos (Tabela 4).

Ainda com relação ao Censo Demográfico de 2000, 1.384.514 pessoas que corresponde à população do Estado do Amazonas estudada onde os indivíduos a partir de 15 ou mais anos apresentaram os seguintes nível de renda; de 757.545 (54,7%) eram pessoas sem nenhum rendimento, 121.948 (8,8%) pessoas com rendimento até 1 salário mínimo, 261.290 (18,9%) eram representados por pessoas que ganhavam mais de 1 a 2 salários mínimos, 78.087(5,6%) com nível de renda de 2 a 3 salários mínimos, 72.179 (5,2%) com nível de renda de mais de 3 a 5 salários mínimos, 57.095 (4,1%) da população recebiam um rendimento de 5 a 10 salários mínimos, 23.044 (1,7%) dessa população ganhavam de 10 a 20 salários, 57.253 (0,9%) eram as pessoas que tinham rendimento superior a 20 salários mínimos. (Tabela 5)

Analisando o Censo Demográfico de 2000, a população do Município de Manaus que era de 735.553 habitantes que tinham de 15 ou mais anos de idade. Pode-se verificar que desta população, 353.772 pessoas, ou seja, (48,4%) não tinham sequer rendimento, 46.163 (6,3%) eram formados por pessoas que obtinham até 1 salário mínimo, 147.608 (20,1%) eram de pessoas com mais de 2 a 3 salários mínimos, 56.288 (7,7%) eram de pessoas que apresentavam um rendimento de mais 3 a 5 salários mínimos, 54.471 (7,4%) pessoas de tinham rendimentos de mais 5 a 10 salários mínimos, 18.763 (2,6%) com nível de renda de 10 a 20 salários mínimos e ainda 11.404 (1,6%) da população que tinham rendimentos de mais de 20 salários mínimos (Tabela 5).

Em 2000, de acordo com Censo Demográfico foram registradas no Brasil uma população de 118.175.794 com 15 ou mais anos de idade. Esta população era composta por 41.662.214 (35,3%) por pessoas sem rendimentos, 11.268.262 (9,5%) por pessoas que apresentavam ganhos inferior ou de até 1 salário mínimo, 29.378.729 (24,9%) por pessoas que tinham um ganho de mais de 1 a 2 salários mínimos, 10.548.112 (8,9%) população com renda de mais de 2 a 3 salários mínimo, 10.154.835 (8,6%) com mais de 3 a 5 salários mínimo, 9.063.912 (7,7%) com mais de 5 a 10 salários mínimo, 3.888.876 (3,3%) representavam as pessoas obtinham mais de 10 a 20 salários mínimo, 2.210.854 (1,9%) com mais de 20 salários mínimos (Tabela 5).

TABELA 5

Nível de Renda	Brasil	Norte	Amazonas	Manaus
Sem rendimentos	41.662.214	3.428.047	757.545	355.772
Até 1 SM	11.268.262	712.120	121.948	46.163
Mais de 1 a 2 SM	29.378.729	1.398.829	261.290	147.608
Mais de 2 a 3 SM	10.548.112	388.940	78.087	56.288
Mais de 3 a 5 SM	10.154.835	343.268	72.179	54.471
Mais de 5 a 10 SM	9.063.912	275.112	57.095	45.084
Mais de 10 a 20 SM	3.888.876	113.504	23.044	18.763
Mais de 20 SM	2.210.854	57.253	13.326	11.404
Total	118.175.794	6.717.073	1.384.514	735.553

TABELA - 5 - População de 15 ou mais anos por nível de renda – 2000

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000.

O gráfico 5 mostra os dados acima de maneira mais objetiva e clara.

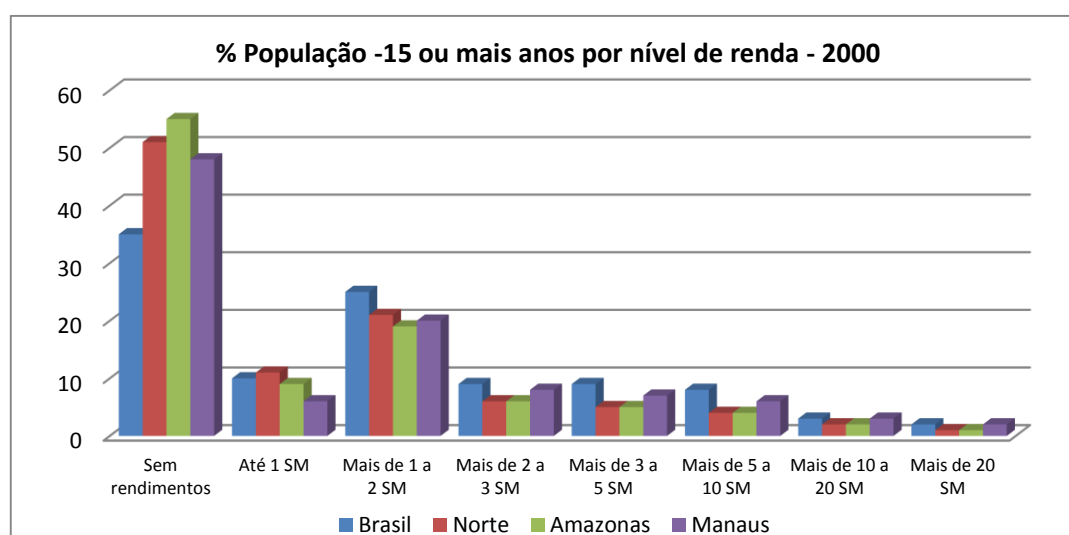


Gráfico 5 – População de 15 ou mais anos por nível de renda – 2000.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000.

Analisando o grupo das pessoas com 15 ou mais anos sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo estratificado por nível de renda encontramos os seguintes resultados.

No Brasil o total de pessoas na categoria acima mencionada era de 13.657.742 pessoas, deste total 4.603.331 (33,70%) não tinha rendimentos, 2349.959 (17,21%) apresentavam um rendimento de até 01 salário mínimo, 5.412.425 (39,63%) apresentavam um rendimento de mais de 01 a 02 salários mínimo, 735.222(5,38%) com rendimentos de mais 2 a 3 salários mínimo, 356.979 (2,38%) com rendimentos de mais de 3 a 5 salários mínimos, 152.671(1,12%) com rendimentos de mais de 5 a 10 salários mínimos, 35.275 (0,26%) pessoas com rendimentos mais de 10 a 20 salários mínimos, 11.880 (0,09%) por pessoas que tinham rendimentos mais de 20 salários mínimos.

Na Região Norte, o último Censo Demográfico de 2000, entre uma população de 969.954, com idade de 15 ou mais anos sem instrução e ainda com menos de 1 ano de estudo. Ficou constatado que 466.085 (48,05%) desta população não apresentavam rendimentos, 138.078(14,25%) estavam no grupo das pessoas ganhavam somente até 01 salário mínimo, 286.668 (29,55%) era representado por pessoas que ganhavam mais de 1 a 2 salários mínimos, 40.801(4,21%) era representado por pessoas com rendimentos de 2 a 3 salários mínimos, 22.897(2,36%) pessoas com rendimentos mais 3 a 5 salários mínimos .

TABELA 6

Nível de Renda	Brasil	Norte	Amazonas	Manaus
Sem rendimentos	4.603.331	466.085	123.078	20.487
Até 1 SM	2.349.959	138.256	25.745	3.951
Mais de 1 a 2 SM	5.412.425	286.668	51.410	15.236
Mais de 2 a 3 SM	735.222	40.801	6.987	2.765
Mais de 3 a 5 SM	356.979	22.897	4.114	1.898
Mais de 5 a 10 SM	152.671	10.658	1.721	788
Mais de 10 a 20 SM	35.275	3.379	466	204
Mais de 20 SM	11.880	1.211	186	109
Total	13.657.742	969.954	213.708	45.437

TABELA – 6 - População de 15 ou mais anos sem instrução ou com menos de um ano de estudo por nível de renda.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000.

Conforme a tabela 6 acima, a população do Estado do Amazonas era de 213.708 habitantes até o ultimo Censo Demográfico de 2000, nota-se que durante esse período, pessoas com idade de 15 ou mais anos sem instrução e ainda com

menos de 1 ano de estudo, tinham a seguinte distribuição; 123.078 (57,59%) eram de pessoas sem rendimentos, 25.745 (12,05%) formadas por pessoas com até 1 salário mínimo, 51.410 (24,06%) com rendimentos de mais de 1 a 2 salários mínimos, 6.987(3,27%) com mais de 2 a 3 salários mínimos, 4.114 (1,95%) com rendimentos de mais de 3 a 5 salários mínimos, 1.721 (0,81%) com rendimentos de 5 a 10 salários mínimos, 466 (0,22%) formados por pessoas com rendimentos de 10 a 20 salários mínimos, 186 (0,09%) são pessoas apresentavam rendimentos de mais de 20 salários mínimos é o que nos mostra também o gráfico 6.

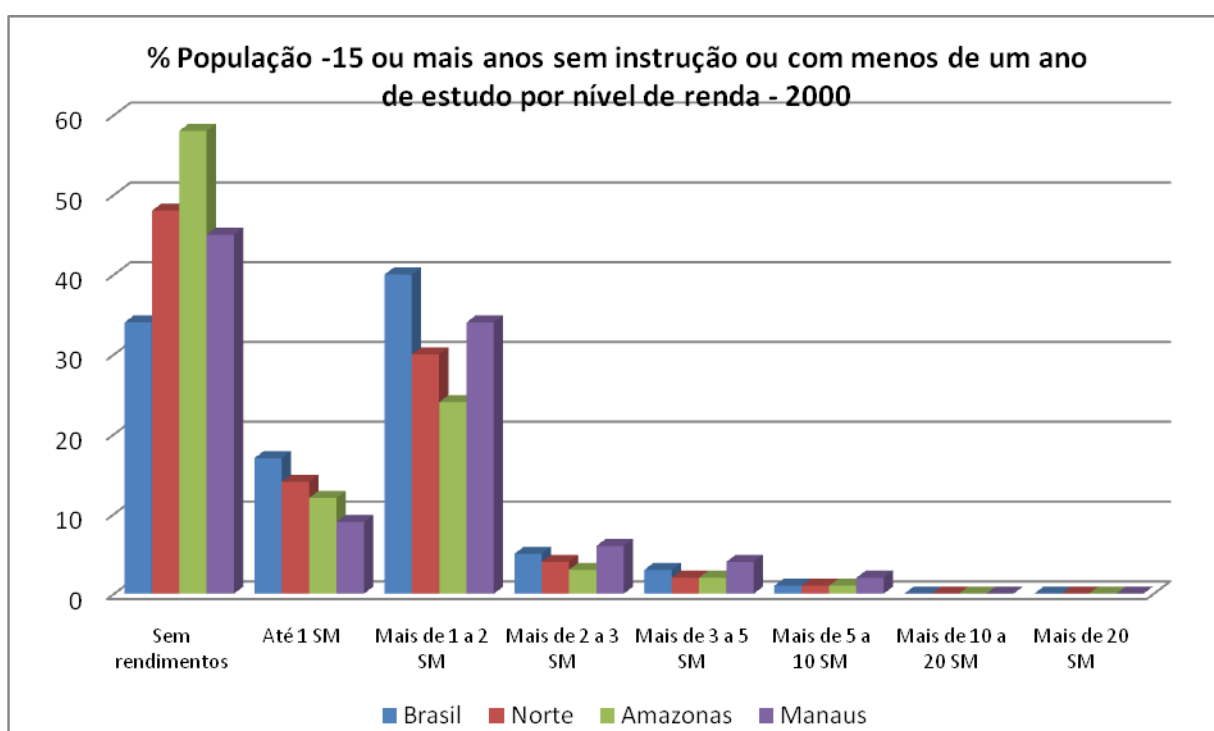


Gráfico 6 – População de 15 ou mais anos sem instrução ou com menos de um ano de estudo por nível de renda.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000.

No último Censo Demográfico em 2000, o Município de Manaus apresentava uma população de 45.437 habitantes, com idade entre 15 ou mais anos sem instrução e ainda com menos de 1 ano de estudo. Desta população, 20.487 (45,09%) era formado por pessoas que não apresentavam rendimentos, 3.951 (8,70%) com rendimento inferior ou de 01 salário mínimo, 15.236 (33,53%) pessoas com rendimento de 01 a 02 salários mínimos, 2.765 (6,09%) com rendimento de 02 a 03 salários mínimos, 1.898 (4,18%) pessoas que apresentavam rendimentos de 03 a 05 salários mínimos, 788 (1,73%) que apresentavam rendimentos de mais de 05 a

10 salários mínimos, 204 (0,45%) com rendimentos de mais de 10 a 20 salários mínimos, 109 (0,24%) pessoas com rendimentos de mais de 20 salários mínimos.

CAPÍTULO III

3 ANÁLISE DE INDICADORES DA EDUCAÇÃO

Nesta seção pretende-se analisar os três primeiros capítulos e ainda expressar as conclusões a que chegamos sobre o assunto “Investimentos em educação e o crescimento da renda média da população do Estado do Amazonas durante os anos 90”.

No primeiro capítulo deste trabalho, procurou-se descrever a estratégia como a educação era ensinada pela Companhia de Jesus - os Jesuítas. Voltada para as elites, essa educação severa e rígida perdurou por mais de duzentos anos.

Analisando a história pôde-se perceber que para a coroa portuguesa era conveniente letrar a elite para a perpetuação do poder, o que fica claro que a ordem dos Jesuítas não fora criada apenas para fins de pregação, catequização e educação, nessa ordem, antes, porém, até as duas primeiras poderiam ser suas prioridades. Contudo, a educação aos poucos se tornou a atividade mais importante para a ordem, a instrução dos homens e indígenas foi fundamental para conter o crescente avanço do protestantismo.

O método de ensino *Ratum Studiorum* ajudou a formar as pessoas da época de maneira uniforme, ou seja, todos os colégios ensinaram segundo as normas da igreja católica, todavia, democratizar a educação não era uma preocupação, o acesso ao letramento fora difícil e as mulheres da época as maiores vítimas, as quais foram marginalizadas, apenas a minoria dessas mulheres conseguiram estudar e as que conseguiram, aprenderam somente prendas domésticas o que tornou difícil a sua emancipação.

Em função de sua geografia e da grande sócio diversidade, a educação da região Amazônica na foi fácil, a missão dos Jesuítas, no entanto, foi pacificar os índios para o trabalho escravo. Vai daí, um desenho da escravatura que se consolidou tempos depois não só com índios.

A educação dos Jesuítas passou por vários períodos da história brasileira, sendo transferida para o governo com a expulsão da ordem em 1759 pelo Marquês de Pombal, já no período Imperial. A partir daí, a educação passou por maus momentos, muito em virtude da transição Jesuítas/Governo o qual não estava preparado para assumir tamanha responsabilidade.

O segundo capítulo tratou da transição e das mudanças ocorridas no âmbito da educação. Percebemos que foi no período republicano que ocorreram as maiores mudanças – ainda tímidas e morosas - nesta área. As leis criadas a partir desta época trouxeram benefícios para as classes menos favorecidas.

Trazendo o assunto para o contexto local, foi visto que Manaus, nesta época, apresentou um crescimento demográfico significativo, em função do ciclo da borracha o que acarretou a oferta de empregos no comércio e indústria, além ainda da ocorrência da corrente migratória de outros estados.

Isso fez com que o número de escolas na cidade obrigatoriamente quase triplicasse. Mas, se por um lado o aumento do número de salas de aula é um dado positivo, por outro, ainda se convivia com uma educação elitista voltada para os filhos dos barões da borracha da época.

Somente a partir do ano de 1988 foram discutidas as bases para a educação de maneira aberta e democrática. As leis surgidas dessa discussão proporcionaram um avanço no processo educacional brasileiro.

Após a criação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9.394/96 o ensino tornou-se mais organizado e democrático bem como o magistério se fez ouvir, todavia, para um país com o tamanho do Brasil, as transformações e as mudanças ocorridas foram e ainda são tímidas para quem deseja sair da posição de país em desenvolvimento.

Até aqui, foi visto que o desenvolvimento e a educação seguiram, mesmo que de uma maneira lenta, lado a lado, pois o primeiro é decorrente do segundo, no entanto, nada disso é possível se não houver investimento na área da educação, assunto que foi analisado no terceiro capítulo que tratou dos investimentos em educação e o crescimento da renda média da população do Estado do Amazonas durante os anos 90.

Foi dito até agora que a educação, apesar de serem observados alguns avanços, ainda está muito aquém do que se espera dela, ou seja, profissionais qualificados, escolas aparelhadas, instalações adequadas para o aprendizado.

Todavia, para que tudo isso se torne realidade é preciso investimento na área educacional, sem o qual, não há desenvolvimento e conseqüentemente melhorias na vida do cidadão.

Conforme se discorre no capítulo três, onde foi apontado que não há desenvolvimento sem educação e não há educação de qualidade sem

investimentos, foi possível mostrar através de dados do Censo Demográfico do ano de 2000 que a população do Amazonas e conseqüentemente de Manaus cresceu significativamente nos últimos anos. Dados mais recentes do IBGE dizem que Manaus já é a sétima capital do Brasil com o maior número de habitantes.

Portanto, o capítulo três tratou basicamente do crescimento da população no Estado do Amazonas em comparação ao resto do Brasil. Com base no censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE foi possível afirmar que de uma maneira geral, as populações dos municípios do Estado do Amazonas cresceram, tanto a da zona urbana quanto da rural, sendo os maiores gastos com as crianças.

Assim, visto as causas que provocam mudanças no cotidiano do cidadão, veremos apenas a título de informação as taxas de rendimento do Estado do Amazonas em comparação à média do Brasil e a região Norte nos anos de 1999 e 2000. Conforme dados do Ministério da Educação – MEC, e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

No ano de 1999 o Estado do Amazonas no quesito aprovação de alunos particularmente no ensino fundamental ficou com um percentual de 72,1%. Bem abaixo da média nacional que ficou em 78,3%. Neste ano, a região Norte apresentou uma taxa de 69,9%, ver gráfico 7.

No ano de 2000 o percentual do Brasil cai para 77,3% em relação ao ano anterior, o mesmo acontecendo com o Estado do Amazonas, 71,6% e conseqüentemente a região Norte com uma taxa de 68,7%. Ver gráfico 7.

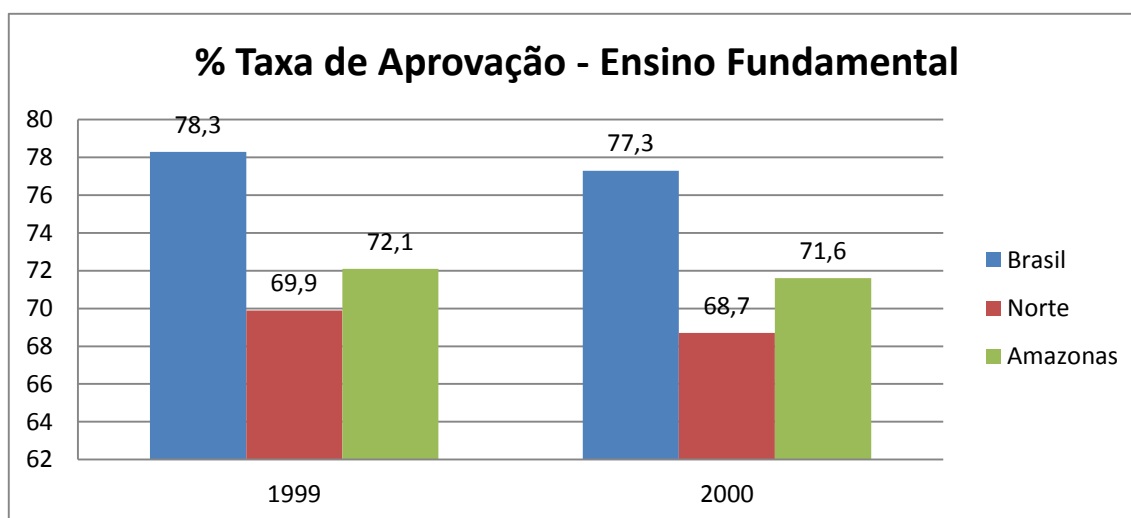


Gráfico 7 - Taxas de Rendimento Aprovação– Série Ensino Fundamental

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

No quesito reprovação o Estado do Amazonas apresentou no ano de 1999 a taxa de 13,5%, a região Norte ficou pouco acima com um percentual de 13,6%, acima da média nacional que ficou em 10,4%.

Em 2000 o Brasil aumentou pouco esse índice (10,7%), a região Norte não apresentou mudança nos números (13,6%), já o Amazonas com relação a esse índice apresentou aumento (13,9%). Ver gráfico 8.

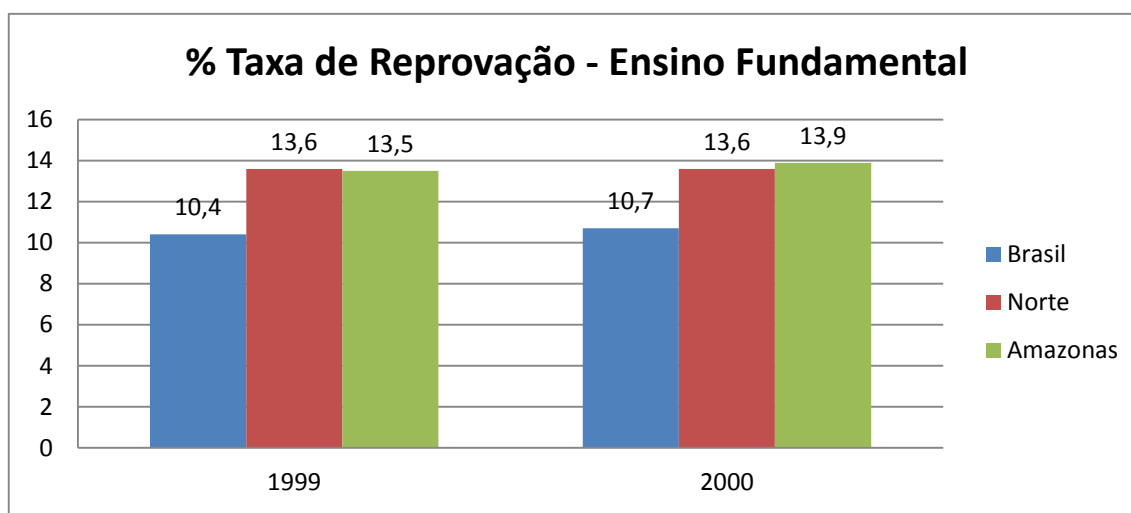


Gráfico 8 - Taxas de Reprovação - Série Ensino Fundamental

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Para o quesito abandono, no ano de 1999 o Brasil teve uma taxa de 11,3%, a região Norte neste mesmo ano mostrou números bastantes elevados, 16,5%, bem acima do Amazonas, 14,4%.

No ano de 2000 o abandono escolar tornou a aumentar na região Norte e no estado do Amazonas registrado taxa de 17,7% e 14,5% respectivamente, o Brasil também apresentou alta nos números, 12%. Ver gráfico 9.

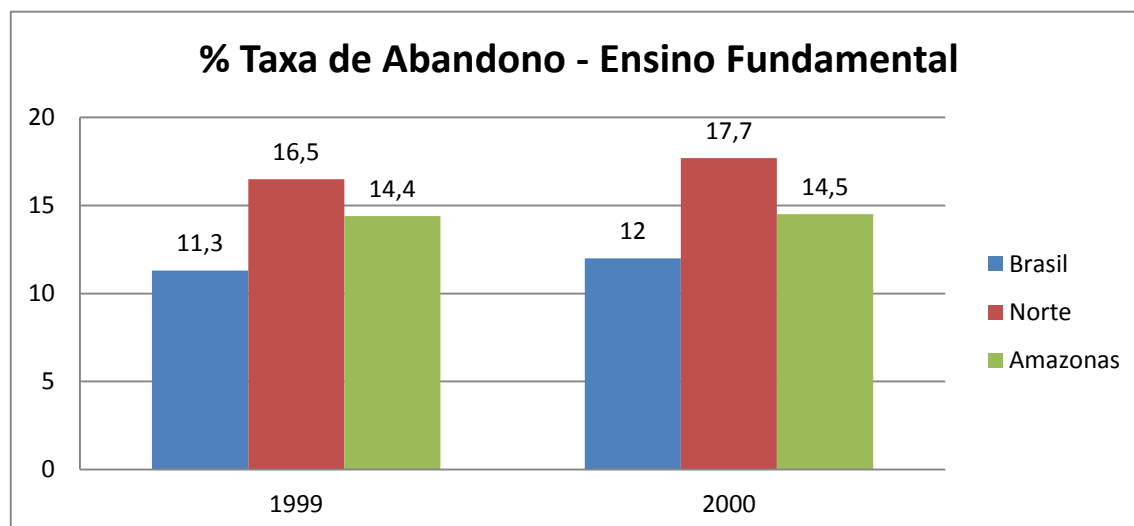


Gráfico 9 - Taxas de Rendimento Abandono– Série Ensino Fundamental

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Com relação ao Ensino Médio, podemos perceber que as taxas de rendimento do Ensino Médio dos anos de 1999 e 2000 para a região Norte não tiveram evolução, ou seja, os números se mostram rigorosamente iguais neste período, o Estado do Amazonas e Brasil os índices oscilaram pouco, vejamos os números:

No ano de 1999 a média nacional mostrou um índice de 76,4% em aprovação, abaixo desta média ficou a região Norte com 73,1%, já o Amazonas apresentou 78,8% de índice de aprovação.

Em 2000 esse números não mudam muito, haja vista que a taxa média de aprovação do Brasil ficou em 75,9, abaixo que o ano anterior, o mesmo acontecendo com o Amazonas que apresentou um percentual de 78,6%. Ver gráfico 10.

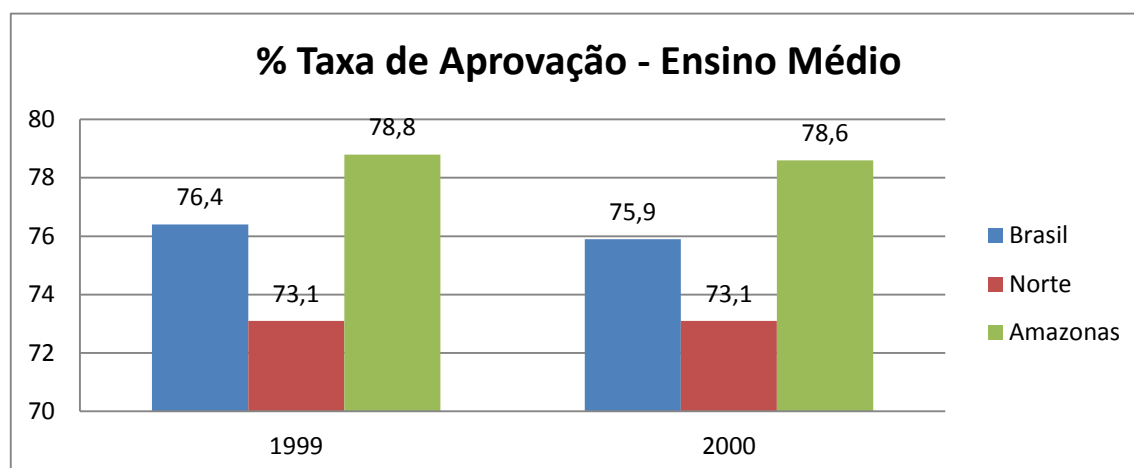


Gráfico 10 - Taxas de Rendimento Aprovação– Série Ensino Médio

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Em reprovação os dados do ano de 1999 mostram que a média nacional (7,2%) fica bem acima da região Norte (6%) e o Estado do Amazonas (5%) que ficaram com seus índices próximos.

Em 2000 esse índice aumentou para o Brasil, 7,5%. A Região Norte teve pequena queda onde apresentou 5,6% de índice, o Estado do Amazonas também conseguiu diminuir sua taxa de reprovação com um índice de 4,1%. Ver gráfico 11.

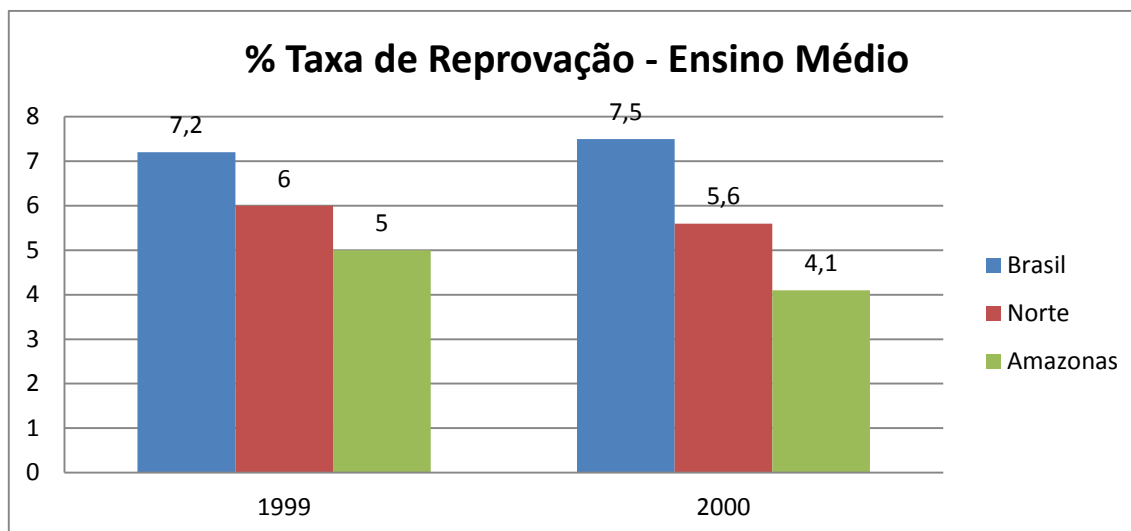


Gráfico 11 - Taxas de Reprovação – Série Ensino Médio

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

O nível de abandono no ano de 1999 do Brasil chegaram a 16,4%, segundo dados do MEC, a região Norte obteve índice de 20,9%, já o Amazonas nesse quesito mostrou melhores índices, 16,2%.

O ano de 2000 os números apresentam pouca mudança em relação ao ano anterior, com o Brasil obtendo 16,2%, a região Norte obteve 21,3% seguido do Amazonas com 17,3%, aumento em relação ao ano anterior. Ver gráfico 12.

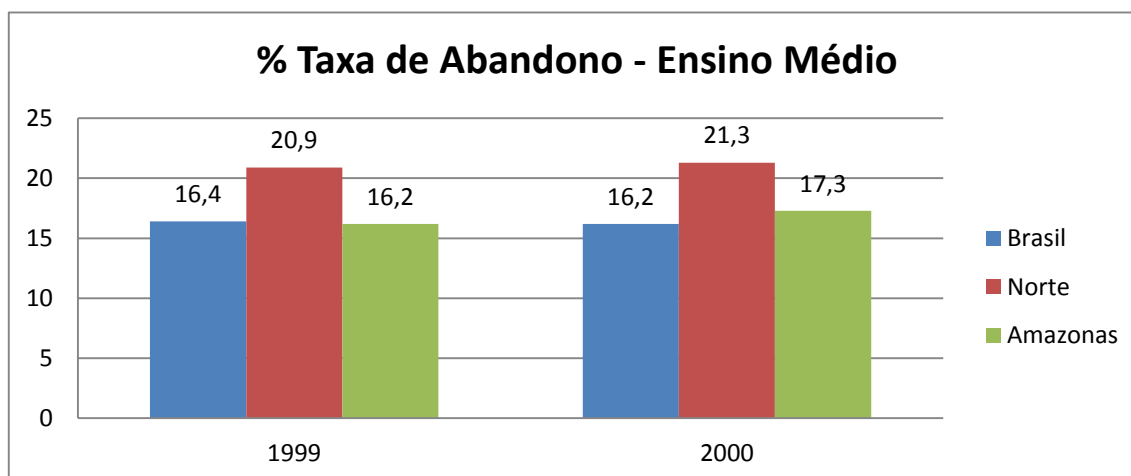


Gráfico 12 - Taxas de Rendimento Abandono– Série Ensino Médio

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

O fluxo escolar corresponde a permanência do aluno dentro de uma escola ou sala de aula. O gráfico a seguir mostra o tempo médio que o aluno leva para terminar por exemplo a educação básica que compreende a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Cabe ressaltar que atualmente a educação básica é de doze anos já levando-se em conta os três do ensino médio.

Dados do MEC e INEP do ano de 1995 mostram que a média nacional referente ao quesito permanência na educação básica era de 10,7 anos, a região Norte apresentou o índice de 10,1 anos, já o Amazonas ficou abaixo da média nacional e região Norte com 9,5 anos.

Os dados do ano de 1996 para o Brasil, o índice foi de 10,9 anos. A região Norte e o Estado do Amazonas aparecem quase nivelados com 10,1 e 10,2 anos respectivamente.

No ano de 1997, a média nacional permaneceu a mesma do ano anterior, 10,9 anos, a região Norte ficou com 9,4 anos. Já o Amazonas apresentou o índice de 10 anos.

Os dados de 1998, mostram que a média nacional de permanência na educação básica era de 10,5 anos, a região Norte pouco menos que isso, 9,5 anos, já o Estado do Amazonas aparece nesta pesquisa com um índice de 10 anos de tempo de permanência em sala de aula de seus alunos.

Já os dados do ano de 1999, mostram pequeno nivelamento entre o Estado do Amazonas e o Brasil onde os números mostram respectivamente 10,1 e 10,3

anos de permanência dos alunos em sala de aula, a região Norte apresentou a média de 9.4 anos.

Em 2000, observa-se que não há mudança nos números da média nacional, ou seja, os mesmos 10.3 anos, já o Amazonas teve pequeno aumento e ficou com 10.5 anos assim como a região Norte com 9.7 anos de permanência. Ver gráfico 13.

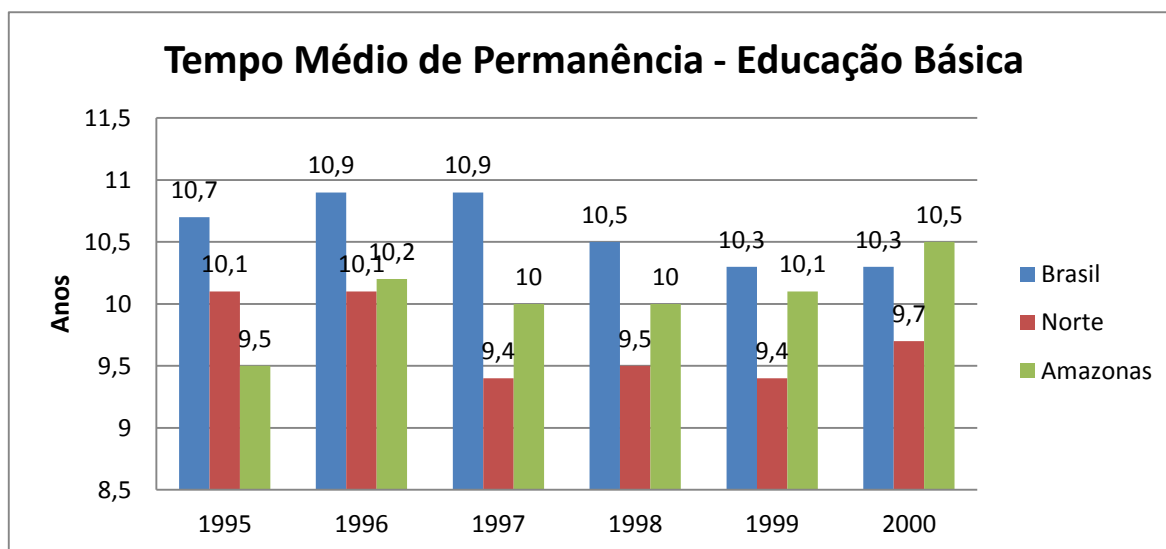


Gráfico 13 – Produtividade – Fluxo Escolar Tempo Médio de permanência– Ensino = Educação Básica.

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Com base nos dados do INEP e MEC, o tempo médio para conclusão da educação básica se deu da seguinte forma: no ano de 1995, o Brasil apresentou 15,4 anos para concluir tal fase. A região Norte levou em média 10,1 anos para concluir tal fase. Já o Amazonas apresentou o índice de 16,4 anos para concluir esta fase da educação.

Para o ano de 1996, a média nacional ficou em 14,6, pouco abaixo do que foi apresentado no ano anterior. A região Norte ficou 16,9 anos, já o Amazonas levou 15,8 anos para concluir esta fase.

Em 1997, a média nacional continuou caindo com 14 anos, a região Norte também apresentou queda nos números com a média de 16,1. O Amazonas ficou em média de 15 anos para conclusão da educação básica.

Para o ano de 1998, o Brasil apresentou o índice de 13,7 anos. A região Norte levou em média 15,4 anos para concluir tal fase, ficando acima do Estado do Amazonas que neste ano obteve o índice de 14,6 para concluir a educação básica.

O ano de 1999 os números da região Norte e Amazonas praticamente não mudam, 15.4 e 14.6 anos já a média nacional tem pequena alta em relação ao ano anterior, 13.8 anos, segundo os dados coletados deste ano.

No ano 2000, a média nacional sobe para 13.9 anos, no entanto, abaixo dos números da região Norte (15.1 anos) e Amazonas (14.6) que pelo terceiro ano seguido não consegue melhorar seus números para conclusão da educação básica. Nota-se que o Amazonas neste período apresentado aqui, não conseguiu evolução, como mostra o gráfico 14 abaixo.

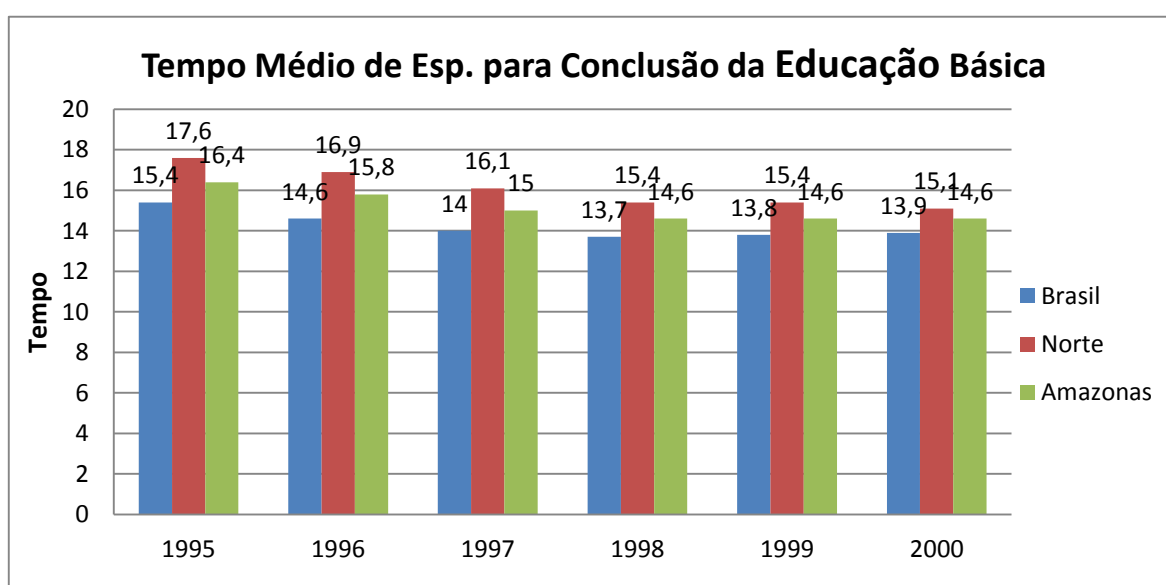


Gráfico 14 – Produtividade – Fluxo Escolar – Tempo Médio para conclusão - Ensino = Educação Básica

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Já em relação à média de conclusão das séries o gráfico apresenta os seguintes dados para o ano de 1995:

O Brasil mostrou um índice de 7,2 anos, bem acima dos índices da região Norte e o Estado do Amazonas que respectivamente mostraram 5,8 anos e 6 anos em média.

No ano de 1996, o tempo médio de conclusão aumentou na média nacional, neste ano o Brasil apresentou um índice de 7,9 anos, bem acima da região Norte com 6,1 anos de média e Amazonas com 6,6 anos de média, contudo estes últimos números são maiores que o ano anterior.

No ano de 1997 o Brasil apresentou um índice ainda mais alto de tempo de permanência na educação básica, ou seja, 8,3 anos. A região Norte apresentou

pequena queda em relação ao ano anterior, 6 anos assim como o Amazonas com 6,9 anos.

Em 1998, o Brasil apontou um índice de 8.3 anos. A região Norte 6.5 anos, bem abaixo do Amazonas que obteve 7.3 anos.

No ano de 1999 a média nacional apresentou pequena queda (8.2 anos), a região Norte com 6.7 anos e Amazonas com 7.4 anos não tiveram o mesmo êxito.

No ano de 2000 observa-se que os indicativos da média nacional (8.1 anos), tem pequeno declínio, a região Norte (6.8 anos) e Estado do Amazonas (7.7 anos) pioraram seus desempenhos em relação ao ano anterior. Considerando que quanto menos tempo se concluir essa etapa temos que apenas a média nacional teve melhora. Ver gráfico 15: Produtividade – Fluxo Escolar – Ensino = Educação Básica, abaixo.

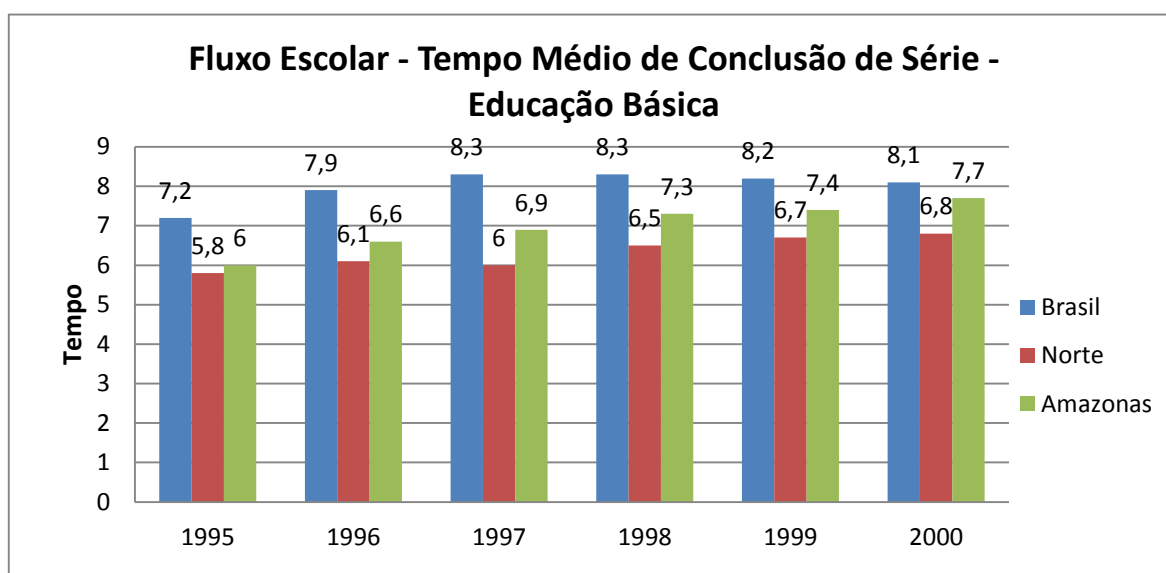


Gráfico 15 – Produtividade – Fluxo Escolar – Tempo Médio de conclusão de séries - Ensino = Educação Básica

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Em relação a taxa média de conclusão da educação básica, analisando os dados coletados pelo INEP e MEC sobre o fluxo escolar da Educação Básica dos anos de 1995 à 2000 pode-se observar que no ano de 1995 o Brasil apresentou uma taxa de 32,5%. A região Norte e o Estado do Amazonas ficaram bem abaixo desta média com 20,3% e 21,2% respectivamente.

No ano de 1996 a média nacional apresentou uma taxa de 44,3%, bem acima do ano anterior, a região praticamente se manteve estável com 21,6%, já o Amazonas mostrou alta em relação ao ano anterior, 29%.

Para o ano de 1997 o Brasil a taxa média de conclusão foi ainda maior, 47,7%. Já a região Norte teve pequena queda com uma taxa de 17,9%. O Amazonas apresentou 29,3%, praticamente estável em relação ao ano de 1996.

No ano de 1998 o Brasil apresentou uma taxa de 48,7%. Ficaram abaixo desta média a região Norte com 27,4% e o Estado do Amazonas com uma taxa de 37,2%.

No ano de 1999 a taxa média do Brasil ficou em 43,8%, bem abaixo em relação ao ano anterior. A região Norte tem pequena queda (26,2%), o Amazonas registrou alta apresentando uma taxa de 37,5%.

No ano de 2000 observa-se pequena queda nos índices do Brasil (40,3%), já a região Norte com 26,9% e Amazonas com 38,8% mostraram alta nos índices. Ver gráfico 16 – Produtividade – Fluxo Escolar – Ensino = Educação Básica.

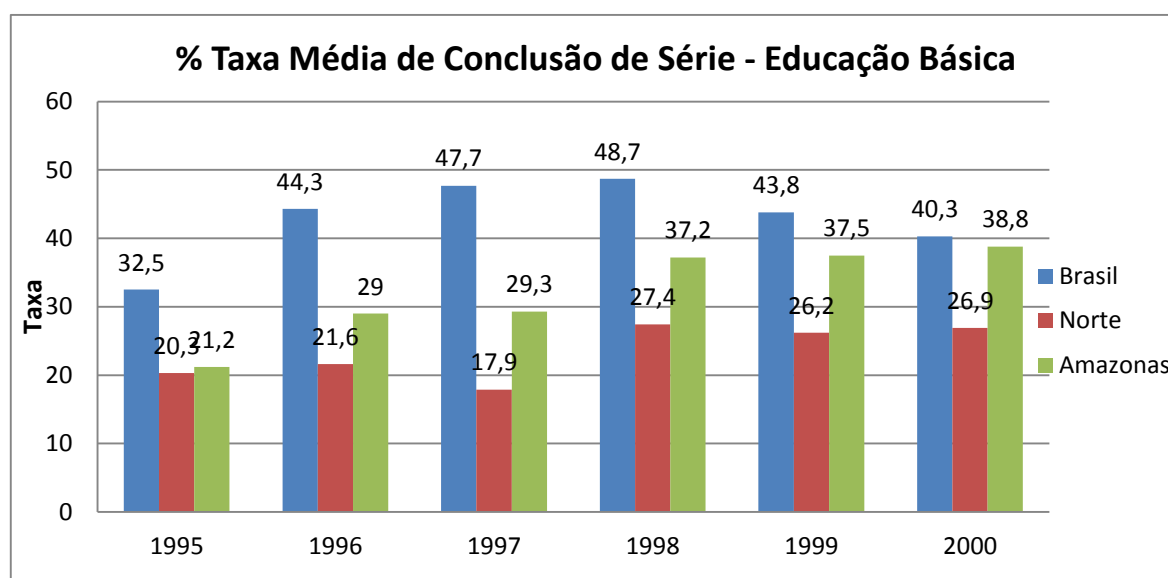


Gráfico 16 – Produtividade – Fluxo Escolar – Taxa média de conclusão - Ensino = Educação Básica
Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Veremos agora os dados sobre o fluxo escolar do ensino fundamental dos anos de 1995 à 2000. Podemos observar que tempo médio de permanência no ensino fundamental no ano de 1995 no Brasil foi de 9,1 anos, a região Norte ficou pouco abaixo disto com 9 anos, já o Amazonas ficou bem abaixo destes índices com 8,4 anos.

Para o ano de 1996, o Brasil se manteve estável nos números apresentando a mesma média de 9,1 anos. A região Norte e o Estado do Amazonas apresentaram

os mesmos índices, ou seja, 8,9 anos de tempo de permanência no Ensino Fundamental.

Os dados do ano de 1997 mostram ligeira queda na média nacional, 8,9 anos. A região Norte mostrou queda, 8,3 anos. Já o Amazonas praticamente se manteve estável com 8,8 anos de média.

Para o ano de 1998 os números mostram que a média nacional é de 8 anos, em comparação com a região Norte e o Estado do Amazonas que apresentaram respectivamente, 8,3 anos – mesmo índice do ano anterior - e 8,5 ainda é alta.

Já os dados do ano de 1999, é possível ver uma inversão nestes números quando comparamos Amazonas e Brasil, haja vista que o estado da região Norte obteve média de 8 anos e o Brasil 8,5 anos, a região Norte neste ano se manteve estável com uma média de 8,3 anos.

Em 2000, observa-se nivelamento entre a média nacional e a região Norte, ambas com 8,5 anos. Já o Amazonas elevou seus índices para 8,9 anos, bem acima da média nacional. Ver gráfico 17.

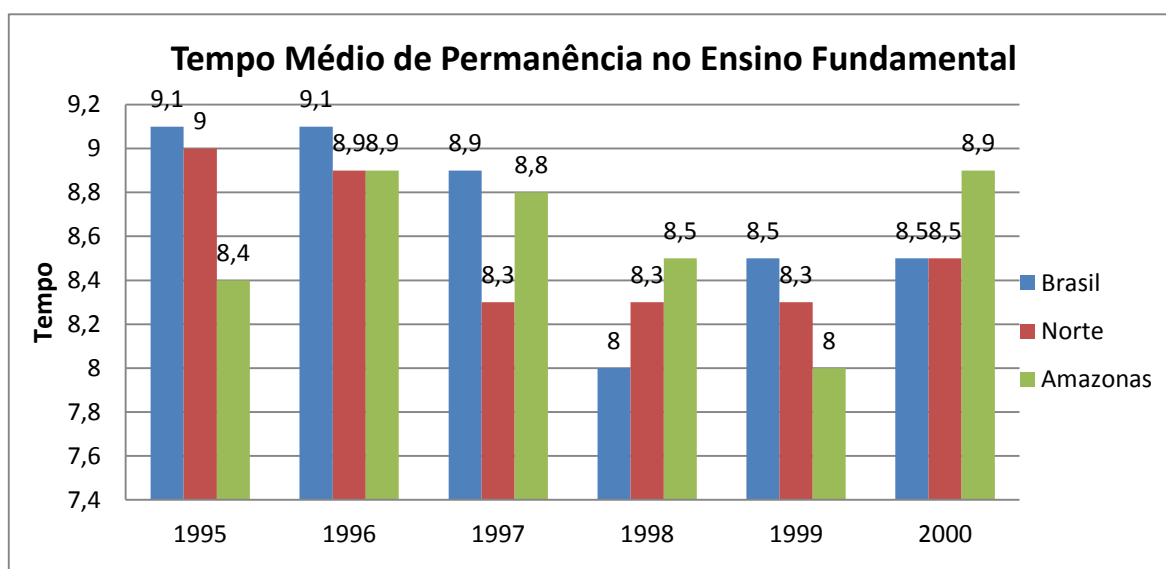


Gráfico 17 - Produtividade – Fluxo Escolar – Tempo Médio de permanência - Ensino = Ensino Fundamental.

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Já em relação taxa média de conclusão das séries do ensino fundamental os números mostram que numa comparação entre o Brasil, a região Norte e o Estado do Amazonas, a região Norte aparece sempre com a menor taxa, seguido do Amazonas e Brasil. O gráfico apresenta os seguintes dados para o ano de 1995:

A região Norte foi a que apresentou o menor índice, 29%, Amazonas apresentou 37,6% de taxa média. Já o Brasil mostrou a maior taxa, 51,9%.

No ano de 1996, o Brasil apresentou 58,4% de taxa média para conclusão de série – Ensino Fundamental - , a região Norte mostrou pequena alta com 35,1%, já o Amazonas mostrou uma taxa de 43,3%.

No ano de 1997 observa-se que somente a região Norte conseguiu diminuir a taxa em relação ao ano anterior, 32,5%. O Brasil com 65,8% e Amazonas com 48,6% apresentaram alta numa comparação com o ano anterior.

No ano de 1998 a região Norte (36,3%) e Amazonas (47,9%) aparecem bem abaixo da média nacional que neste ano foi de 63%.

No ano de 1999 a região Norte (37,3%) e Amazonas (50,1%) elevaram seus números, já a média nacional caiu para 61,1%.

No ano de 2000 observa-se que tanto a região Norte com 37,8% como o Amazonas com 52,6% aumentaram seus índices, todavia o desempenho da média nacional ficou em 59,3%, queda em relação ao ano anterior. Ver gráfico 18: Produtividade – Fluxo Escolar – Ensino = Ensino Fundamental, abaixo.

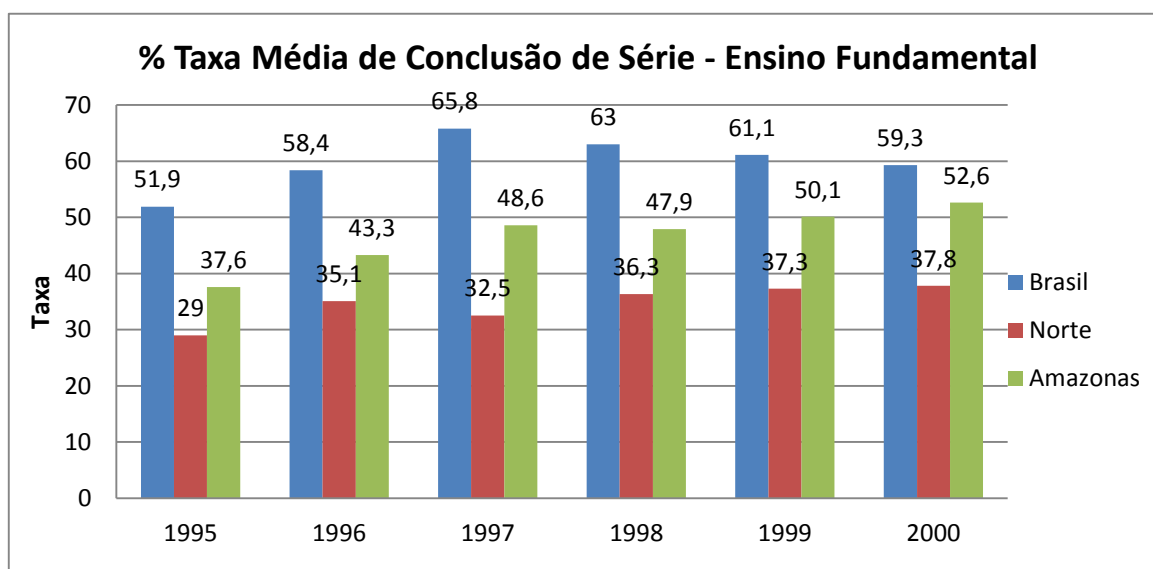


Gráfico 18 – Produtividade – Fluxo Escolar – Taxa Média de conclusão - Ensino = Ensino Fundamental.

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Veremos agora os números do tempo médio para conclusão do ensino fundamental compreendidos entre 1995 e 2000. Pode-se observar que neste período, os números aparecem muito próximos entre o Brasil, a região Norte e o Estado do

Amazonas, entretanto a região Norte neste período aparece com o pior desempenho, vejamos:

No ano de 1995 o tempo médio para conclusão do ensino fundamental no Brasil foi de 11,3 anos, a região Norte ficou com o pior desempenho, 13 anos, já o Amazonas apresentou 12,1 anos de média.

Em 1996 estes números tiveram pequena queda, tanto na média nacional que foi de 10,8 anos, quanto na região Norte (12,4 anos) e Amazonas (12 anos).

No ano de 1997 estes números continuaram em queda, ou seja, o Brasil com 10,3 anos, região Norte com 11,8 anos e Amazonas com 11,3 anos melhoraram seus índices em relação ao ano anterior.

Para o ano de 1998 o tempo médio para conclusão do ensino fundamental no Brasil foi de 10,1 anos, a região Norte ficou com o pior desempenho, 11,3 anos, já o Amazonas ficou com 10,9 anos de média.

Em 1999 os números do Brasil se mantiveram estáveis, 10,1 anos, o mesmo acontecendo com o Amazonas, 10,9 anos, a região Norte tem pequena queda, 11,1 anos.

No ano de 2000 o Brasil (10,2 anos) e a região Norte (11,2 anos) tem pequena alta, Amazonas apresenta 10,9 anos, mesmo índice dos anos anteriores. Ver gráfico 19.

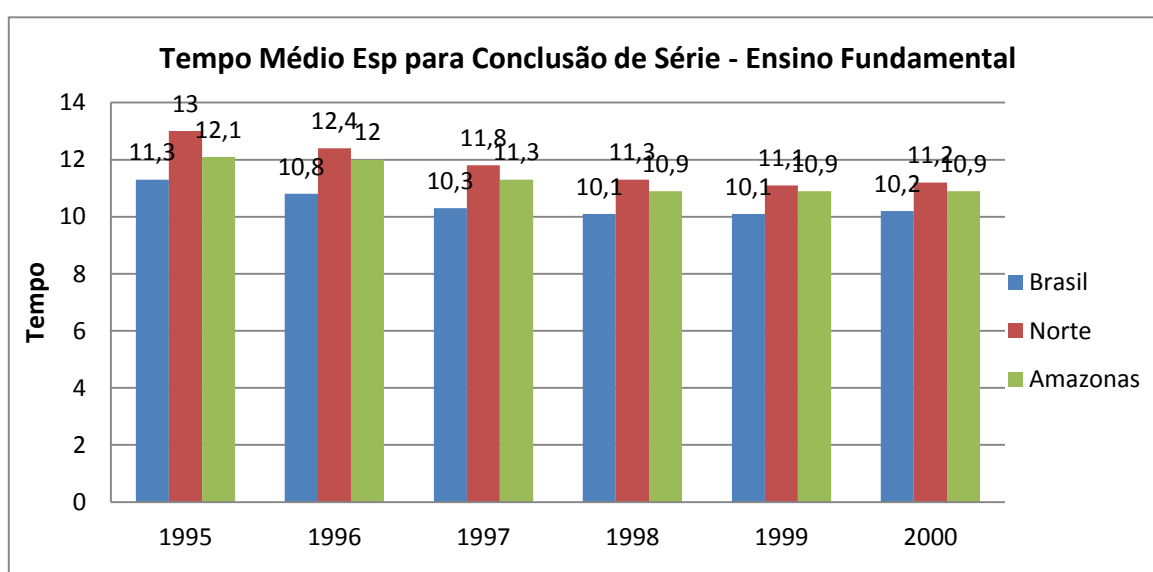


Gráfico 19 – Produtividade – Fluxo Escolar – Tempo Médio para conclusão - Ensino = Ensino Fundamental.

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Veremos os dados sobre o fluxo escolar do ensino médio compreendidos entre os anos de 1995 à 2000. Segundo dados do MEC e INEP do ano de 1995, mostram que a média nacional de permanência no ensino médio era 3,5 anos, mesmo índice do Amazonas, já a região Norte apresentou a maior alta, 3,9 anos.

Em 1996 os números do Brasil não mudam em relação ao ano anterior (3,5 anos) em contrapartida a região Norte e o Amazonas tiveram pequena queda, 3,7 anos e 3,3 anos respectivamente.

No ano de 1997 o Brasil mostrou um índice de 3,3 anos, a região Norte com 3,4 anos e Amazonas com 3,2 anos tiveram pequena queda em uma comparação com o ano anterior.

Já o ano de 1998 o Brasil apresentou o índice de 3,3 anos, mesma média atingida pelo Estado do Amazonas, já a região Norte obteve índice alto, 3,6 anos.

Já os dados do ano de 1999, mostram queda nos números da região Norte (3,4 anos) Brasil e Amazonas ficaram com o mesmo índice do ano anterior 3,3 anos).

Em 2000, observa-se que a média nacional tem queda (3,2 anos) enquanto Amazonas e região Norte mostram os mesmos índices dos anos anteriores, respectivamente 3,3 anos e 3,4 anos de média. Ver gráfico 20.

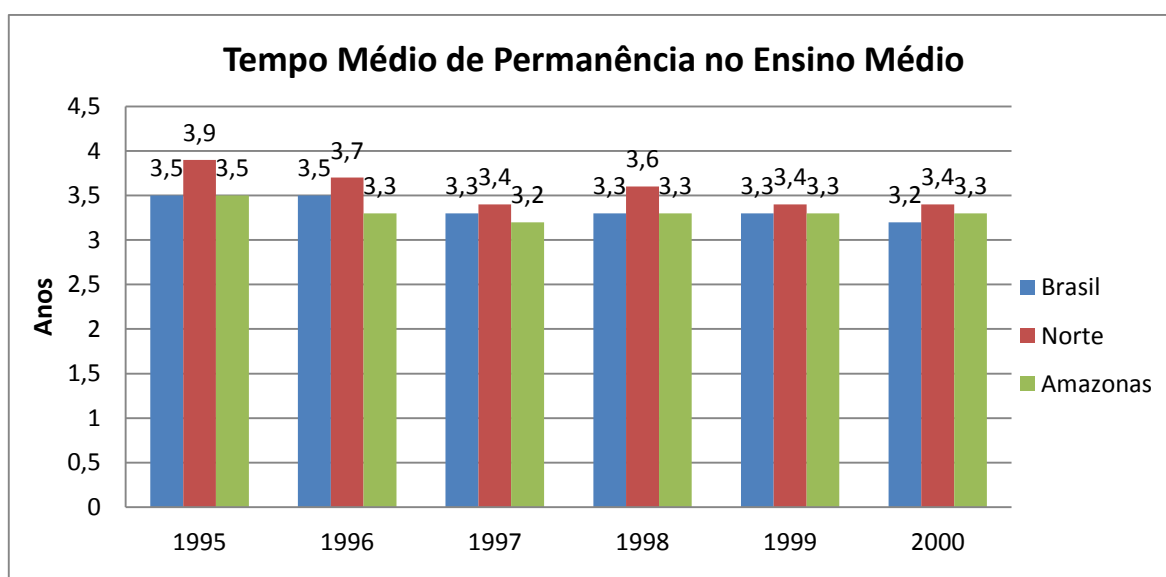


Gráfico 20 - Produtividade – Fluxo Escolar – Tempo de permanência - Ensino = Ensino Médio.
Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Já para o tempo médio para conclusão do ensino médio os números do INEP apresentam os seguintes dados para o ano de 1995:

O Brasil com 4 anos de média apresentou a melhor média em comparação com a região Norte (4,4 anos) e Amazonas (4,2 anos).

Já o ano de 1996 mostra evolução tanto do Brasil com 3,8 anos quanto da região Norte com 4,3 anos e Amazonas com 3,7 anos, este número se repete no ano seguinte para o Amazonas. Já o Brasil com 3,6 anos e a região Norte com 3,7 anos mostram ligeira queda no ano de 1997.

Para o ano de 1998 a região Norte leva em média 4 anos, Brasil e Amazonas levam em média 3,6 anos.

No ano de 1999, a média nacional se mantém em 3,6 anos, este, o mesmo índice do Amazonas, já a região Norte obteve o índice de 3,8 anos para conclusão do ensino médio.

No ano de 2000 novamente o Brasil e o Amazonas apresentam índices iguais, 3,7 anos, a região Norte ficou com o índice de 3,8 anos, o mesmo do ano anterior. Gráfico 21.

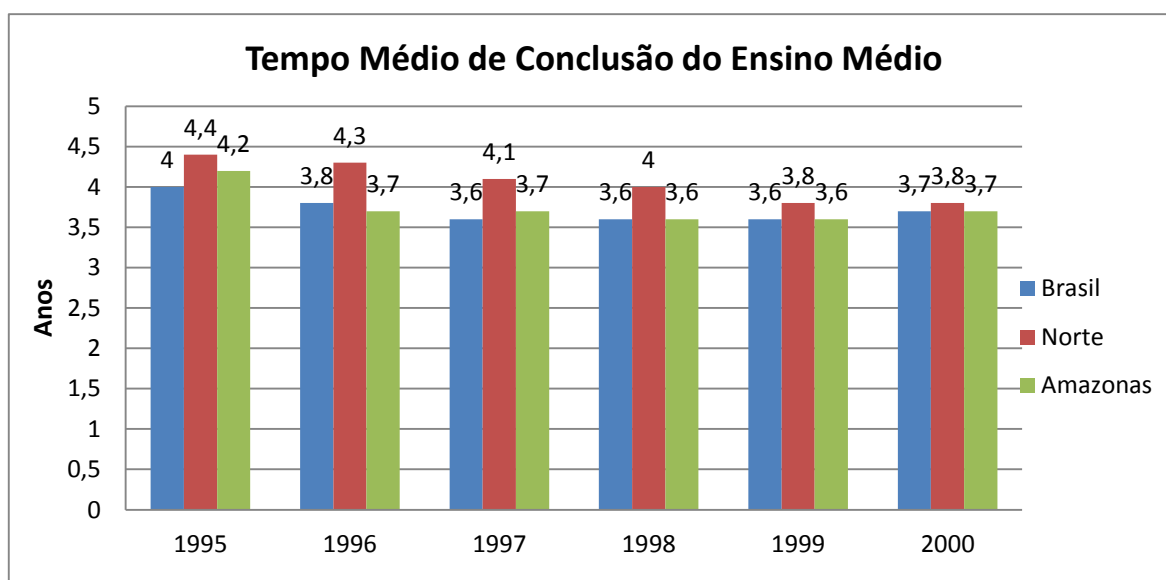


Gráfico 21 – Produtividade – Fluxo Escolar – Tempo Médio para conclusão - Ensino = Ensino Médio.

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Para a média de conclusão das séries o gráfico apresenta os seguintes dados para o ano de 1995:

O Brasil e o Amazonas apresentaram os mesmos índices (2,3 anos), já a região Norte atingiu a média de 2,4 anos de tempo médio de conclusão de séries do Ensino Médio.

Para o ano de 1996 com exceção da região Norte que teve ligeira queda (2,3 anos) o Brasil com 2,6 anos e o Amazonas com 2,5 anos mostraram alta em relação anterior.

Em 1997 o Brasil se mostrou estável (2,6 anos), já o Amazonas com 2,4 anos e região Norte com 2,2 anos mostraram queda nos números em uma comparação com o ano anterior.

Já o ano de 1998 a região Norte e o Brasil ficaram com o mesmo índice, 2,6 anos, já o Amazonas neste ano obteve 2,7 anos, acima da média nacional.

No ano de 1999, Brasil, Amazonas e região Norte aparecem rigorosamente empatados com 2,7 anos.

No ano de 2000 observa-se que apenas o Brasil tem queda nos números com uma taxa de 2,6 anos, já Amazonas e região Norte se mantém estáveis e repetem o mesmo índice do ano anterior, 2,7 anos. Ver gráfico 22: Produtividade – Fluxo Escolar – Ensino = Ensino Médio, abaixo.

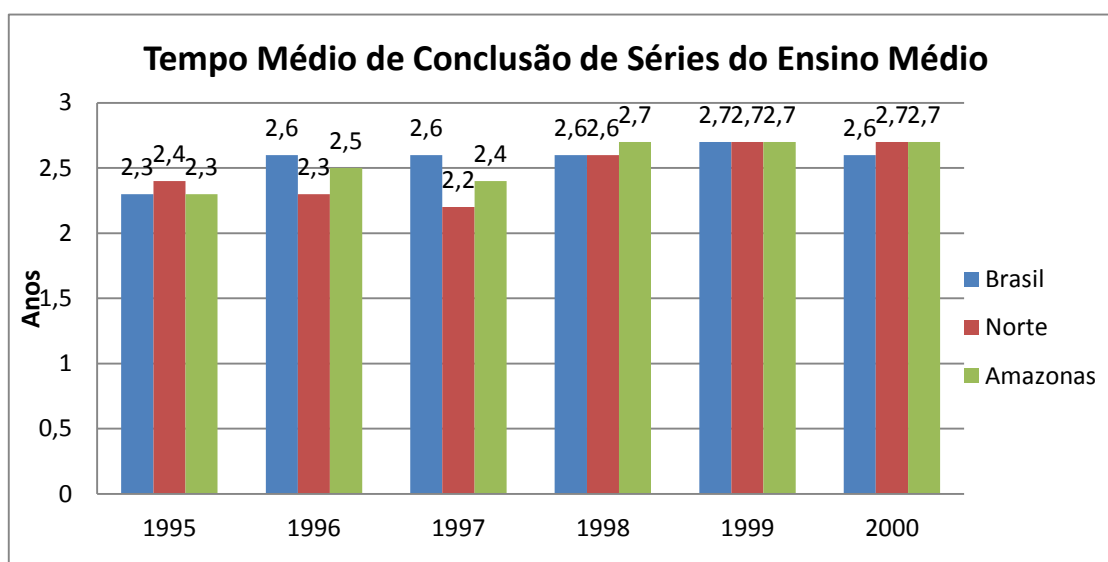


Gráfico 22 – Produtividade – Fluxo Escolar – Número médio de conclusão de séries - Ensino = Ensino Médio

Fonte: MEC – Ministério da Educação e Cultura.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Com base nesta pesquisa, fica claro que investir em educação melhora o desenvolvimento humano, atrelado a isso podemos afirmar que o aumento da renda per capita do cidadão é o fator primordial para o aumento do crescimento econômico do país, todavia, a busca empreendida foi desvelar que os investimentos em educação estão intimamente ligados à questão do aumento da renda média da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi apresentada a trajetória percorrida pela Educação desde a chegada dos Jesuítas até os dias atuais. É indiscutível que avanços importantes foram alcançados na área educacional, mas no que diz respeito à qualidade do ensino ainda se está muito aquém daquilo que se idealiza para a população, seja por falta de vontade política, seja por falta de investimentos mais adequados na área.

A questão educacional na Região Amazônica, além de receber um tratamento similar em matéria de políticas públicas com relação ao restante da federação, precisa ser vista de maneira singular, haja vista sua posição geográfica e suas peculiaridades.

É sabido, que desde o período Imperial até os dias de hoje, os investimentos em educação ainda não são suficientes para a demanda crescente da clientela. Por esta razão, no decorrer deste trabalho verificou-se que a educação foi, e ainda é, uma maneira de dominação das classes burguesas que explora a mão-de-obra barata do proletariado que a muito custo procura se desvencilhar e se libertar dessa dominação.

Ao mesmo tempo em que não se pode deixar de evidenciar o aumento do número de salas de aula, e da organização na estrutura do ensino, também não é correto afirmar que se está no caminho certo no que diz respeito à formação do indivíduo, pois se percebeu no decorrer deste trabalho, que ainda há muito o que fazer para que o homem adquira postura de criticidade a ponto de realizar mudanças significativas na estrutura do país.

Do ponto de vista econômico, com base nas pesquisas realizadas, notou-se que um país que investe significativamente na educação obtêm resultados satisfatórios com relação ao PIB, haja vista que um trabalhador escolarizado têm produção, produtividade, organização e ganhos maiores sobre os que têm o nível de escolaridade menor.

Nesse sentido, é possível afirmar que um país que investe na educação de sua população está contribuindo para o aumento da renda per capita do trabalhador e conseqüentemente melhorando as condições de vida deste.

É preciso, no entanto, sublinhar que a relação entre investimento e educação está intimamente ligada a teoria do capital humano que agrega valor aos produtos

industrializados. O investimento neste sentido justifica-se pelo fato de que, um trabalhador com muitos anos de estudo estará aumentando tanto a qualidade, mas também o valor do produto produzido, além ainda, do fato da alta tecnologia das fábricas exigir capacidades e competências que só se pode adquirir na escola.

O resultado deste trabalho permitiu analisar o crescimento populacional do Estado do Amazonas bem como de sua capital Manaus, assim como deu subsídios para afirmar que o atual sistema educacional necessita com urgência de investimentos não só em sua infraestrutura, mas também adequá-la a nova realidade.

Por fim, conclui-se que a educação antes vista como status e símbolo de dominação, ainda hoje não mudou suas características, no entanto, entende-se que só através da mesma o país irá conseguir aumentar a renda per capita e consequentemente melhorias para o cidadão. Todavia, observa-se que a crescente demanda por educação requer grandes investimentos estatais, o que a nosso ver, não está acontecendo a contento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000). Disponível em: <www.ipea.gov> Acesso em: 20 de ago, 2006.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimento em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, IPEA. 1998.

BANCO MUNDIAL. Relatório do Desenvolvimento Mundial 1991.

BANCO MUNDIAL. Relatório do Desenvolvimento Mundial 1984.

BITTENCOURT, Agnello Uchôa. **Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento Regional**. 2. Ed. Amazonas: Valer. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação – INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: www.inep.gov.br/estudos_pesquisas/edu_basica. Acesso em: 15 de set. 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

COALE, Ansley J. e HOOVER, Edgar M. **Crecimiento de Población y Desarrollo Económico**. México, LIMUSA-WILEY, 1965, p. 287.

CORAGGIO, José Luis. **Desenvolvimento humano e educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

CAVALCANTI, Lucíola Inês Pessoa; WEIGEL, Valéria Augusta C. de M. **Educação na Amazônia: oportunidades e desafios**.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 4. Ed. Cortez 2003.

Encontro Brasileiro de Estudos Regionais e Urbanos. 2º. 2002, São Paulo: **A distribuição espacial da educação no Brasil: índice de Gini e anos de**

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GAUDÊNCIO, Frigotto. **A produtividade da escola improdutiva**. 3. ed. São Paulo: Cortez. 1989.

HARBISON, Frederick; MYERS, Charles A. **Educação, mão de obra e crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura S/A, 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – Censo Demográfico 2000.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E. P. U., 1986.

KUZNETS, Simon. **Teoria do crescimento econômico moderno.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1974.

MARSHAL, Alfred. **Princípios de Economia.** São Paulo: Nova Cultural, 1988., Livro 6, Capítulo 4.

MARCONI, Maria de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2006.

MINTO, César Augusto et al. OLIVEIRA, Romualdo Portela de; THERESA, Adrião. (orgs.). **Gestão financiamento e direito à educação. análise da LDB e da Constituição Federal.** 2.ed. São Paulo: Xamã. 2001.

OLAVO FILHO, Baptista. **Economia da educação, planejamento e explosão demográfica.** São Paulo: Pioneira, 1975.

ROSSI, Wagner. **Capitalismo e educação.** 3. ed. São Paulo: Moraes. 1980.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil.** 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar editores. 1973. 250. p.

SHEEHAN, John. **A economia da educação.** Tradução de Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar. 1975. Título original: The economics of education.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Obstáculos políticos à concretização do direito à educação no Brasil.** Artigo.

SILVA, E. O. da. **Fragmentação e interdisciplinaridade no ensino.** Porto Alegre: Revista Educação e Realidade, 1983.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1997.